

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AM000038/2026  
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 23/01/2026  
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR076105/2025  
 NÚMERO DO PROCESSO: 13621.201052/2026-83  
 DATA DO PROTOCOLO: 23/01/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMP.EM EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM, CNPJ n. 23.006.562/0001-48, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). BENILSON CAVALCANTE HIPOLITO;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n. 34.501.213/0001-19, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ RODRIGUES COELHO FILHO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

## CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Todos os empregados em empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados**, com abrangência territorial em **AM**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

Aos empregados que exerçam as funções abaixo relacionadas, assim como as demais funções que decorram de contrato de Prestação de Serviços e/ou, Terceirização, desde que não expressamente enquadradas por outra representação sindical profissional, farão jus ao piso salarial de **R\$ 1.655,25 (Hum mil, seicentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)** para uma jornada legal e os salários normativos das demais categorias, **a partir de 01/01/2026** será:

PROFISSÃO/FUNÇÃO	SALÁRIO
Agente de Limpeza; Agente de Limpeza Banheirista; Agente de Limpeza Embarcado; Agente Social Terceirizado; Ajudante (Serviços Gerais, Entrega); Auxiliar de Pedreiro; Auxiliar de Pintor; Aux. de Produção em Reciclagem; Borracheiro; Copeira(o); Copeira(o) Hospitalar; Mensageiro/Office-Boy; Operário Rural/Caseiro; Lavador; Auxiliar de Bombeiro Hidráulico, Cumim (Aux. de Garçon), Auxiliar de Piscinheiro, Lavador de Autos e Auxiliar de Preparação; Serviços Gerais.	1.655,25
Administrador de Tecnologia da Informação	6.492,26
Administrador de Tecnologia da Informação com conhecimento e experiência na área de Saúde	6.492,26
Administrador de Tecnologia da Informação com conhecimento e experiência na área de Trânsito	6.492,26
Agente de Limpeza Apoio	1.777,28
Agente de Limpeza com Habilitação	2.052,43
Agente de Limpeza Habilitado para Operar Roçadeira	1.991,41
Agente de Piscina/Piscinheiro	1.866,44
Apontador Geral	4.546,70
Apontador de Turma	2.334,15
Almoxarife	1.881,03
Analista de Sistema (Nível Superior)	4.573,09
Analista de Sistema – Tecnologia da Informática	7.303,80
Analista de Custos – CBO 2522-10	4.057,66
Analista de Folha de Pagamento – CBO 4131-05	4.057,66
Analista de Suprimento – CBO – 1424-10	4.057,66
Artífice de Serviços Gerais (Carpinteiro; Pedreiro; Pintor; Soldador; Serralheiro; Encanador e Outros) Sem Especialização Técnica	2.186,03
Ascensorista (6 horas diárias), Auxiliar de Apoio Logístico	1.665,51
Assistente Administrativo; Assistente de Pessoal; Assistente Financeiro	2.133,59
Assistente Administrativo Tipo II - (Nível intermediário)	2.800,00
Assistente Administrativo (Designer)	2.181,78
Assistente Administrativo com nível superior ou cursando nível superior	3.588,13
Assistente Comercial	2.027,12
Assistente de TI	3.592,24
Atendente	1.847,78
Auxiliar Administrativo	1.821,69
Auxiliar de Almoxarifado	1.789,32
Auxiliar de Caldeireiro	1.743,62
Auxiliar de Escritório	1.847,79
Auxiliar de Lavanderia	1.655,25
Auxiliar de Manutenção	2.060,01
Auxiliar de Marceneiro; Auxiliar de Mecânico	1.736,98

Auxiliar de Pedreiro Qualificado	2.100,68
Auxiliar de Produção Terceirizado	2.130,55
Auxiliar de Produção de Linha de Montagem Terceirizado	2.318,79
Auxiliar de Refrigeração	1.842,52
Auxiliar de Serviços Diversos	2.847,34
Auxiliar de Jardinagem	1.691,45
Auxiliar de TI	2.498,94
Bibliotecário Terceirizado	2.458,33
Bombeiro Hidráulico	2.419,72
Carpinteiro	2.387,48
Cobrador Externo CBO 4213-05	4.057,66
Conferente	2.693,11
Costureiro(a) Terceirizado(a)	2.015,59
Design de Produção	4.773,74
Digitador	3.366,45
Eletricista de Alta Tensão	3.366,45
Eletricista Predial de Baixa Tensão	2.212,09
Eletrotécnico Terceirizado	2.600,00
Encarregado de Serviços; Inspetor de Alunos Terceirizado	2.566,02
Fiscal de Pátio	1.769,64
Garçom Terceirizado	1.804,15
Instalador-Reparador de Redes e Cabos Telefônicos	2.420,27
Jardineiro /Paisagista	1.886,76
Jardineiro/Roçador/Podador	1.782,68
Jornalista Terceirizado	6.492,26
Leiturista	1.891,97
Líder de Serviços	2.015,59
Marceneiro	2.776,01
Mecânico de Lancha	5.069,63
Mecânico de Refrigeração	2.011,32
Mecânico de Máquinas	2.533,92
Monitorador	2.247,23
Nutricionista/Analista em Nutrição	3.748,43
Operador de Balancim	2.420,27
Operador Eletrônico	1.802,17
Operador de Equipamentos Industriais	2.910,61
Operador de Máquina Industriais	2.777,91
Operador de Máquina Reprográfica	2.003,86
Operador de Máquinas de Papel e Similares	1.942,66
Operador de Máquina para movimentação de Resíduos	2.617,03
Operador de Rádio	3.397,75
Operador de Usina Hidráulica; Operador de Usina Térmica.	3.052,22
Pedreiro; Pintor	2.969,79
Piloto Fluvial Terceirizado	1.655,25
Prencista; Processador de Máquina de Moagem	1.717,60
Prencista de Resíduos	1.738,98
Profissional de Vendas Terceirizado	2.134,37
Programador de Informática	5.147,93
Programador de Rede Terceirizado	6.492,26
Recepcionista	1.847,79
Repositor de Supermercado	1.821,69
Revisora de Leito	1.777,28
Secretária (o)	1.954,42
Secretária Bilíngue	2.833,10
Secretária da Alta Administração	4.057,66
Soldador	2.776,77
Supervisor Administrativo (Específico para empresas de reciclagem - CBO 410105)	3.682,69
Supervisor Técnico em Refrigeração	3.123,68
Supervisor de Serviços Gerais, Supervisor Operacional	3.232,60
Supervisor de TI	5.466,45
Tratador de Animais Terceirizado	2.174,95
Técnico Agrícola	3.680,70
Técnico em Administração (Nível Médio)	2.614,76
Técnico em Administração (Nível Superior)	5.982,33
Técnico em Secretariado	2.156,83
Técnico em Secretariado Tipo II (Nível Intermediário)	2.900,00
Técnico de Controle de Pragas	2.204,24
Técnico de Informática I	3.763,16
Técnico de Informática II	4.684,46
Técnico de Manutenção de Telefone	2.420,27
Técnico em Edificações Terceirizado	5.037,50
Técnico em Refrigeração	3.763,18
Técnico em Cabeamento de Rede Terceirizado	2.419,87
Técnico em Meio Ambiente Terceirizado	4.058,02
Técnico em Segurança do Trabalho Terceirizado	2.461,51

Técnico de Suporte em Informática I	3.763,18
Técnico de Suporte em Informática II	4.684,46
Técnico de Suprimento I	4.752,10
Técnico de Suprimento II	4.999,38
Técnico de Suporte Helpdesk Terceirizado	2.571,12
Telefonista	1.950,28
Telefonista / Recepcionista Bilingue	2.360,92
Técnico em Eletrônica	3.318,84
Triador de Resíduos Sólidos	1.663,63

**Parágrafo Primeiro:** Fica acordado que os trabalhadores das Empresas de Asseio e Conservação e Serviços Terceirizados do Estado do Amazonas, que exerçam funções diferentes daquelas discriminadas no caput, bem como aqueles que, embora ali figurando suas respectivas funções, mas que recebam salário superior ao anterior Piso Salarial da Categoria, **a partir de 1º de janeiro de 2026**, terão seus salários aumentados mediante livre negociação, assegurando-lhes, porem um reajuste mínimo de **6,79% (seis vírgula setenta e nove por cento)**.

**Parágrafo Segundo:** Fica observado que o ARTÍFICE DE SERVIÇOS GERAIS, é uma mão de obra não especializada, nem técnica, apenas para reparos e ajustes, dentro da necessidade de cada profissional ali relacionados.

**Parágrafo Terceiro:** Fica certo e de acordo entre as entidades sindicais, que será adotado 01 (um) líder de serviços, para contratos que tenham de 05 (cinco) até 10 (dez) Funcionários, acima de 10 (dez) deverá ser contratado um Encarregado de Serviços, conforme descrito na tabela de ordem salarial.

**Parágrafo Quarto:** Fica acordado entre os Sindicatos Laboral e Patronal, que a função Piloto Fluvial Terceirizado, com carga horária de 44h ou 12x36h, fará jus ao percentual de 20% (vinte por cento) calculado sobre o Salário Mínimo Nacional, a título de Adicional de Insalubridade; fará jus ao percentual de 40% (quarenta por cento) calculado sobre o Salário Base da Função, a título de Gratificação de Comando; e fará jus ao percentual de 40% (quarenta por cento) calculado sobre o Salário Base da Função, a título de Gratificação de Praticagem

#### OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

##### CLÁUSULA QUARTA - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO OU CONTRA-CHEQUES

As empresas fornecerão aos seus empregados, mensalmente, comprovantes de pagamento, nos quais constem as parcelas que forem recebidas e deduzidas, quais sejam: salário, horas extras, comissões, adicionais, férias, descontos legais especificados, além de outros títulos que acresçam ou onerem de qualquer forma a remuneração.

**Parágrafo Único** - As empresas que efetuarem pagamento de salário, férias e rescisões via sistema bancário ficam desobrigadas de colher assinatura no recibo, desde que possam comprovar o repasse.

#### GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

##### CLÁUSULA QUINTA - DO 13º SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12, conforme a Lei que rege a matéria.

#### ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

##### CLÁUSULA SEXTA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Fica garantido e acordado, que o adicional de insalubridade será de no mínimo 20% (vinte por cento), calculado sobre o Salário Mínimo Nacional, para todos os empregados que exerçam suas atividades em hospitais.

Fica acordado entre os Sindicatos Laboral e Patronal, que a função Agente de Limpeza Banheirista, fará jus ao percentual de 40% (quarenta por cento) calculado sobre o Salário Mínimo Nacional, a título de Adicional de Insalubridade. Esse percentual está em vigor desde 01 de Janeiro de 2023, a função deverá ser registrada na CTPS com CBO 5142-25.

**Parágrafo Único:** Nos casos em que o adicional de insalubridade não conste na proposta, no edital ou no contrato de prestação de serviços, resta ajustado que é do tomador de serviços, seja público ou privado, a responsabilidade pelo pagamento do adicional de insalubridade que venha a ser estabelecido em sentença judicial, no curso ou após o encerramento do contrato comercial ou administrativo, mesmo com a existência de laudo pericial indicando a não ocorrência de insalubridade ou com indicação de grau menor ao estabelecido judicialmente.

#### AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

##### CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALE REFEIÇÃO (V.R.)

As empresas, além do piso previsto nesta Convenção Coletiva, fornecerão aos seus empregados um cartão alimentação magnético para aquisição de refeições diárias, no valor **mínimo de R\$ 24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos)** por dia.

Ficando ainda ajustado que a escolha da operadora a ser contratada para prestar os referenciados serviços (ticket refeição) ficará a critério/indicação do Sindicato Laboral com a respectiva anuência do Sindicato Patronal.

As empresas que possuírem refeitório próprio em suas instalações ficam desobrigadas de fornecer o referido Cartão.

**Parágrafo Primeiro:** É facultado às empresas descontar o percentual de até **10% (Dez por cento)** do valor do total do benefício (custo mensal das refeições ou dispêndio com tickets) estatuído no caput desta cláusula.

**Parágrafo Segundo:** O benefício previsto nesta cláusula, seja ele fornecido como refeição *in natura* e ticket refeição não terá natureza salarial, nem integrará a remuneração do empregado, para fins de pagamento de férias, 13º salário, FGTS, verbas rescisórias ou qualquer outro instituto trabalhista, por não possuir caráter de contraprestação de serviços.

**Parágrafo Terceiro:** Ficam dispensadas da concessão do benefício em forma de Cartão Magnético ou Similar, as empresas que forneçam refeição em refeitório próprio ou do contratante (tomador do serviço), que seja de boa qualidade, e que venham a atender as necessidades de seus colaboradores. Deverá constar o valor de **R\$ 24,50** (vinte e quatro reais e cinquenta centavos) por funcionário, referente a alimentação em todas as planilhas de custos das licitações e contratos no Estado do Amazonas.

**Parágrafo Quarto:** Ficam as empresas compromissadas a solicitar de seu contratante, local apropriado para as refeições de seus colaboradores.

**Parágrafo Quinto:** Para empresas que tem contratos no Interior do Estado do Amazonas, devido à peculiaridade da região, fica certo e acordado, que poderão fornecer o benefício da Alimentação em espécie ou depósito em conta do trabalhador.

**Parágrafo Sexto:** Faltas justificadas, ou não, permitirão o desconto do valor equivalente ao dia da falta.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CESTA BÁSICA (V.A.)

O Empregador fornecerá, **sem ônus para o trabalhador**, mensalmente, **exclusivamente aos empregados associados ao Sindicato Laboral**, independentemente da jornada de trabalho, uma **Cesta Básica "in natura"**, contendo mantimentos de qualidade, **ou Cartão Alimentação**, conforme condições estabelecidas nesta Convenção Coletiva.

CESTA BÁSICA	ANO 2026
VALOR EM REAIS	R\$ 180,00

- 1 - O empregado que apresentar falta injustificada e atestado médico **acima de 01(um) dia no mês**, não fará *jus* ao benefício.
- 2 - O empregado não terá direito ao benefício da Cesta Básica se descumprir integralmente o seu horário de trabalho pré-estabelecido, motivados pelas seguintes ocorrências: **atrasos injustificáveis** e **saídas antecipadas**, onde a soma total das horas seja equivalente a 8h no mês, ou seja, um dia de trabalho.
- 3 - Na ocorrência de falta de um ou mais produtos constantes da cesta básica, a empresa poderá efetuar a substituição por produto similar.
- 4 - O funcionário afastado por motivo de licença ou por gozo de férias não fará *jus* ao benefício da cesta básica.
- 5 - Fica estabelecido que a não retirada da cesta **in natura** até o dia 30 do mês, implicará na perda da mesma naquele mês.
- 6 - A Cesta Básica deverá ser entregue até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao trabalhador.
- 7 - Este item não tem natureza salarial e não integrará a remuneração para qualquer fim.
- 8 - Os empregados admitidos ou demitidos para fazer *jus* à cesta deverão ter trabalhado no mínimo 30 dias no mês.

**Parágrafo Primeiro:** Para empresas que tem contratos no Interior do Estado do Amazonas, devido à peculiaridade da região, fica certo e acordado, que poderão fornecer o benefício da Cesta Básica em espécie ou depósito em conta do trabalhador, até a data acima mencionado.

**Parágrafo Segundo:** A irregularidade no fornecimento da cesta básica *"in natura"*, por não corresponder à quantidade ou qualidade dos produtos indicados nesta cláusula, desde que comprovada, sujeitará o empregador ao pagamento de uma multa correspondente ao valor de **02 (duas) cestas básicas** pago ao empregado prejudicado.

**Parágrafo Terceiro:** Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Quarto:** As empresas que optarem por outro tipo de fornecimento da cesta básica, tipo cartão magnético, deverá obter autorização através de ofício encaminhado aos sindicatos representantes.

**Parágrafo Quinto:** Ficam as empresas obrigadas a fornecerem comprovação de valores da citada Cesta, caso seja solicitado pelo SEEACEAM ou SEAC.

#### AUXÍLIO TRANSPORTE

#### CLÁUSULA NONA - DO VALE TRANSPORTE

**Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências prevista no art.7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.**

**Parágrafo Primeiro:** Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Aos empregados que trabalham na escala 12X36, estabelecida nesta CCT, será empregada a proporcionalidade do desconto, **ou seja, 3% sobre o salário base da categoria.**

**Parágrafo Segundo:** Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará *jus* ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**Parágrafo Terceiro:** No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

**Parágrafo Quarto:** No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transportes proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

**Parágrafo Quinto:** A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

**Parágrafo Sexto:** Baseando-se no entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, decisões prolatadas em positividade e analogia ao Artigo 19º da Lei Complementar 150/2015, os Empregadores ficam autorizados a proceder ao pagamento do Vale Transporte em Pecúnia (DINHEIRO), frisando o devido desconto estipulado em norma coletiva desta Entidade Sindical, perfazendo aí o caráter indenizatório do benefício, não se incorporando aos ganhos salariais de cunho previdenciário do trabalhador, como bem parafraseado na Lei 7.418/85, na taxatividade de não caracterização salarial do benefício do vale transporte.

#### AUXÍLIO SAÚDE

##### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PLANO ODONTOLÓGICO

Fica estabelecido de comum acordo entre o SEAC/AM e o SEEACEAM que todas as empresas são obrigadas a fornecerem o **Plano Odontológico** a seus funcionários, através de uma Operadora de Plano Odontológico. Ficando ainda ajustado que a escolha da operadora a ser contratada para prestar os referenciados serviços (Plano Odontológico) ficará a critério/indicação do Sindicato Laboral com a respectiva anuência do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Primeiro:** Caso o Sindicato Patronal não aprove a indicação acima apresentada pelo Sindicato Laboral, deverá fazê-lo de forma escrita e fundamentada no prazo de 10 (dez) dias contados da data da escolha, ocasião em que a ausência de justificativa plausível e coerente ensejará na aceitação tácita da operadora indicada.

**Parágrafo Segundo:** Fica excetuada da hipótese acima aqueles que embora laborando para as empresas vinculadas a este sindicado, pertençam a outras categorias profissionais diferenciadas (art.511 da CLT) ou nelas exerçam ainda que como empregados, atividades correspondentes a profissão liberal (Lei nº 7.316/85).

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecido que as empresas contribuirão com o valor mensal de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) visando o custeio do plano odontológico gratuito para todos os empregados abrangidos por este instrumento coletivo de trabalho.

**Parágrafo Quarto:** O empregado poderá incluir seus dependentes perante o **Plano Odontológico** ocasião pela qual os custos adicionais serão custeados pelo próprio beneficiário titular (empregado), devendo nesta hipótese, fornecer à empresa dados e documentos necessários para a inclusão dos eventuais dependentes.

##### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PLANO DE SAÚDE

Fica convencionado que os empregadores, credenciarão empresa especializada em **Plano de Saúde** para utilização, caso desejem, por todos os seus empregados. Ficando acertado que o valor do custeio do referido **Plano de Saúde** deverá ser descontado do empregado em sua totalidade em Folha de Pagamento.

**Parágrafo Primeiro:** O plano estatuído nesta cláusula é optativo, podendo estender-se a seus dependentes diretos, ocasião pela qual os custos adicionais também serão pelo próprio beneficiário titular (empregado).

**Parágrafo Segundo:** O empregador descontará em Folha de Pagamento somente o valor do plano contratado, sem nenhum valor adicional.

#### AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

##### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR

Por esta cláusula, fica garantido a todos os empregados/trabalhadores pertencentes às categorias profissionais subordinadas a esta Convenção, associados ou não às entidades sindicais profissionais, o serviço assistencial em caso de incapacitação permanente para o trabalho por perda ou redução de sua aptidão física, ou em caso de falecimento, a seus dependentes, estabelecido pelo plano de benefícios definido a seguir, nos valores e condições abaixo especificadas, responsabilizando-se a Entidade Sindical Patronal, SEAC-AM, a manter a assistência social ora instituída, através de sua própria administração ou de gestão especializada.

**Parágrafo Primeiro:** Para viabilidade financeira deste benefício assistencial e social, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição financeira, as empresas convenientes recolherão, até o décimo dia útil de cada mês, ao SEAC-AM, através de boleto bancário ou depósito identificado, o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por empregado que possua, arrecadado na forma prevista no parágrafo segundo, abaixo, tomando-se por base, para efeito de cálculo, a quantidade de empregados constante no campo:

Total de empregados do último mês informado do relatório de trabalhadores do mês anterior ao do último informado ao Ministério do Trabalho e do Emprego, sem nenhuma redução, a qualquer título.

**Parágrafo Segundo:** Para a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos nesta cláusula, fica convencionado que as empresas participarão com o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por empregado, conforme o disposto no parágrafo primeiro, acima, que será devidamente recolhido mediante depósito bancário identificado ou através de guias próprias emitidas pelo SEAC-AM, depositados diretamente em conta.

**Banco Bradesco - Número do Banco: 237 - Agência: 3726-5 Conta-Corrente: 129.890-9**

a) **Ajuda alimentícia:** Fica certo e garantido o envio de 50 Kg de alimentos variados (cesta básica) no valor de R\$180,00 (cento e oitenta reais) cada, ao local onde reside o trabalhador incapacitado temporariamente, pelo período do afastamento concedido pelo INSS, desde que não ultrapasse 06 (seis) meses, a contar da data de comunicação formal do evento e apresentação da documentação (Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho e documento emitido pelo INSS).

b) **Ajuda de manutenção de renda familiar:** Fica garantida a disponibilização de ajuda financeira mensal para composição de gastos com remédios, despesas hospitalares e similares ao inválido ou ainda, aos dependentes legais (viúva, companheira(o) ou filhos menores de idade) do falecido, no valor de 1 (um) salário mínimo vigente no país, pelo período de 04 (quatro) meses, vencendo a primeira prestação quinze (15) dias úteis após a entrega do documento comprobatório do falecimento do trabalhador ou da sua incapacitação permanente para o trabalho;

c) **Prestação de serviço Funeral:** Fica garantida a prestação do serviço de funeral e sepultamento ao empregado falecido e a seus dependentes legais esposa (o), companheiro(a) e filhos, independente da causa ou horário do falecimento, a ser solicitado através de sistema de convênios disponíveis 24 horas por dia 7 dias por semana, custeando-se até o valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), de acordo com o credo religioso da família, observado o seguinte:

**I.** A Carteira Profissional de Trabalhador, Carteira de Identidade e CPF serão os únicos documentos necessários à imediata prestação do serviço;

**Parágrafo Terceiro:** O empregador que por ocasião do óbito ou do fato causador da incapacitação, estiver inadimplente por: falta de pagamento, pagamento após o dia do vencimento ou efetuar o recolhimento por valor inferior ao devido, responderá perante o empregado ou a seus dependentes, por multa equivalente ao dobro do valor dos benefícios constante na presente cláusula e acarretará multa mensal no valor de 10% (dez por cento) do piso salarial da categoria a ser paga a cada um de seus empregados.

**Parágrafo Quarto:** O óbito ou o evento que possa provocar incapacitação permanente para o trabalho, por perda ou redução de sua aptidão física, deverá ser comunicado formalmente, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias da ocorrência.

**I.** Farão jus à Assistência de manutenção de renda familiar e à Assistência alimentícia os trabalhadores que sofrerem perda ou redução de aptidão física pelas imobilidades ou amputações abaixo relacionadas:

ALIENAÇÃO MENTAL	Debilidade mental completa e permanente.
VISÃO	Perda completa e permanente do sentido.
AUDIÇÃO	Perda completa e permanente do sentido.
FALA	Perda completa e permanente do sentido.
TETRAPLEGIA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação dos membros superiores e inferiores.
PARAPLEGIA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação dos membros inferiores.
BRAÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
OMBRO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
COTOVELO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
ANTEBRAÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
PUNHO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
MÃO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
QUADRIL	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
PERNA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
JOELHO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
PÉ	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
ENCURTAMENTO DOS MEMBROS INFERIORES (PERNAS)	Em cinco (5) centímetros ou mais.
COLUNA VERTEBRAL	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou deformação completa e permanente.
PESCOÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.

**Parágrafo Quinto:** Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão financeira para cumprimento desta assistência social, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT.

**Parágrafo Sexto:** O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

**Parágrafo Sétimo:** Sempre que necessário à comprovação do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e nas homologações trabalhistas, deverão ser apresentadas às guias de recolhimentos quitadas.

**Parágrafo Oitavo:** Fica estabelecido entre as partes que os problemas de ordem legal, que poderão ser acarretados pelo estabelecimento desta cláusula, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Nono:** Fica estabelecido que será destinado o percentual de 10% do valor arrecadado mensalmente a título de taxa administrativa para manutenção de despesas administrativa, da referida assistência.

**Parágrafo Décimo:** Fica instituída uma multa mensal de 2 (dois) salários mínimos vigente, revertida à Entidade Patronal, aplicável às empresas que descumprirem a presente Cláusula.

#### SEGURO DE VIDA

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO DE VIDA**

Fica instituído, de forma obrigatória, o benefício de **SEGURO DE VIDA** aos empregados, no valor de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, com cobertura para **morte por qualquer causa e invalidez permanente por acidente**, desde que resulte em aposentadoria, mediante contratação de apólice de seguro de vida com Seguradora indicada de forma conjunta pelo **SEAC-AM** e **SEEACEAM**.

**Parágrafo Primeiro:** Valor mensal de R\$ 5,00 (cinco reais) por colaborador.

**Parágrafo Segundo:** Essa Cláusula passa a ser obrigatória a partir de contratos assinados após o registro da Convenção Coletiva de Trabalho 2026 no MTE.

**Parágrafo Terceiro:** Os valores deverão constar nas planilhas de preços dos Projetos Básicos/Termos de Referência dos Editais publicados no Estado do Amazonas.

**EMPRÉSTIMOS****CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO**

Fica estabelecido de comum acordo entre o SEAC/AM e o SEEACEAM que as empresas poderão garantir o empréstimo bancário a seus funcionários nos moldes da Lei nº 10.820/2003, ficando ajustado que a escolha do agente financeiro a ser contratado para prestar os referenciados serviços (empréstimo consignado) ficará a critério/indicação do Sindicato laboral com a respectiva anuência do sindicato patronal.

**Parágrafo Primeiro:** Caso o sindicato patronal não aprove a indicação acima apresentada pelo sindicato Laboral, deverá fazê-lo de forma escrita e fundamentada no prazo de 10 (dez) dias contados da data da escolha, ocasião em que a ausência de justificativa plausível e coerente ensejará na aceitação tácita da operadora indicada.

**Parágrafo Segundo:** O sindicato patronal possui poderes apenas para conceder aprovação no que se refere à indicação do agente financeiro que prestará os serviços, não possuindo, com efeito, legitimidade perante o contratado para dirimir os demais assuntos contratuais estabelecidos.

**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES  
NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REGISTRO NA CTPS DIGITAL E ESOCIAL**

As empresas **devem obrigatoriamente realizar o registro dos contratos de trabalho via eSocial, o qual substitui o Livro de Registro de Empregados e alimenta a Carteira de Trabalho Digital com os dados cadastrais e contratuais dos trabalhadores**. O registro deve conter, entre outras informações, condições de contratação, data de admissão, remuneração e demais particularidades pertinentes ao vínculo, observando o prazo legal estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**DESLIGAMENTO/DEMISSÃO****CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTINUIDADE DOS CONTRATOS**

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato poderão contratar os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão SERÁ POR ACORDO realizados na Comissão de Conciliação Prévia - CCPAC e obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, ou seu cumprimento normal, em relação às demais verbas rescisórias não haverá alteração.

**Parágrafo Primeiro:** Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificado pela empresa ou pelo empregado, o empregado terá direito à indenização no percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e os demais direitos previstos em Lei, inclusive o art. 477 da CLT.

**Parágrafo Segundo:** Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego (princípio benéfico e mais favorável ao laborista).

**Parágrafo Terceiro:** No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL**

As empresas ficam **obrigadas** a proceder à homologação dos **Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT**, junto ao Sindicato Laboral, **dos seus empregados com mais de um ano de vigência**, de segunda a sexta-feira, no período das 08h00min às 11h30min e 14h00min às 16h00min, com a **presença das partes**, empregado e empresa, ou de seus representantes legalmente constituídos.

**Parágrafo Primeiro:** Todos os empregados **filiados ao Sindicato Laboral por período superior a 6 (seis) meses**, em caso de rescisão de contrato de trabalho **sem justa causa, poderão ser assistidos** pelo Sindicato Laboral na oportunidade retro mencionada, **desde que a assistência seja previamente solicitada pelo empregado**, com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**.

**Parágrafo Segundo:** Fica certo e garantido que as homologações de rescisões de contrato de trabalho feitas e pagas, às sextas-feiras, após as 12h00min, só serão validadas e consideradas mediante pagamento em espécie ou depósito bancário, em conta do trabalhador, *sendo que os valores pagos em TRCT, abaixo de R\$ 100,00 (cem reais) só serão aceito e homologado mediante pagamento em espécie. As que assim não procederem ficam sujeitas as penalidades da legislação vigente, art. 477 da CLT.*

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecido que a quantidade **acima de 03 (três)** homologações, terão que ser agendadas 48 horas antes.

**Parágrafo Quarto:** Que as documentações (TRCT's e Outros), referentes a demissão dos trabalhadores terão que ser apresentadas e entregues no prazo máximo de até 20 dias corridos, contado da data da DEMISSÃO do trabalhador, perante ao Sindicato de Classe, para as conferências que se fizerem necessárias, as empresas que não cumprirem esta norma, ficam sujeitas a uma multa de 1/3 (um terço) do salário nominal do trabalhador, revestido a parte prejudicado.

**Parágrafo Quinto:** Fica estipulado o prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da Demissão do empregado, para pagamento das TRCT's.

**Parágrafo Sexto:** Será cobrado da empresa, por cada homologação feita, o valor de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)** para as que estiverem em situação regular no sindicato e **R\$ 100,00 (cem reais)** para as demais empresas. Podendo o pagamento ser feito em espécie ou através de comprovação de depósito em conta, conforme dados bancários a seguir:

**Banco: Caixa Econômica Federal - Ag.: 0020 - Op.: 003 - Conta Corrente: 4227-0 OU PIX: 23006562000148 (CNPJ)**

**Parágrafo Sétimo:** O empregador que não comparecer ao sindicato para homologação do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) sofrerá multa, conforme previsto na Cláusula Quadragésima Primeira desta CCT.

**Parágrafo Oitavo:** Fica acordado a obrigatoriedade de todas as empresas ao demitirem o funcionário, entregarem no ato da homologação do TRCT o formulário do PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, independente do motivo do desligamento, seja ele por iniciativa da empresa, por pedido de demissão ou justa causa.

**Parágrafo Nono:** Fica acordado que as empresas pagarão o valor de R\$ 200,00 (dezentos reais) por homologação que não estiverem sido feitas em tempo hábil, dos contratos públicos (Federal/Estadual/Municipal) para liberação do saldo da conta depósito vinculada relativo ao respectivo contrato.

## RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A partir da vigência do presente instrumento, as empresas contribuirão para o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas o **valor mensal de R\$ 10,00 (dez reais) por empregado** destinado à qualificação profissional.

**Parágrafo Primeiro:** Os **certificados terão validade de 12 (doze) meses**.

**Parágrafo Segundo:** O recolhimento da importância ajustada no caput desta Cláusula será efetuado até o **10º (décimo) dia útil de cada mês**, através de **boleto enviado pelo SEAC-AM**.

**Parágrafo Terceiro: DA OBRIGAÇÃO** – Fica acordado entre as partes que a empresa, terá um prazo de até 60 dias para apresentar a certificação de seus empregados ao tomador de serviços.

**Parágrafo Quarto:** As empresas deverão de forma obrigatória fazer constar em suas **planilhas de custos** a provisão financeira para cumprimento do recolhimento da importância ajustada no caput desta Cláusula.

**Parágrafo Quinto:** O atraso no recolhimento ensejará a aplicação de **multa mensal** à empresa em valor correspondente a **3% (três por cento) do valor devido**, *pro rata die*, limitada ao principal.

## JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO BANCO DE HORAS

Fica convencionado que as empresas, durante o prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, poderão adotar o regime de BANCO DE HORAS para a jornada cumprida além do limite contratual, desde que necessária para atender especificidades do serviço ou que decorram de eventos fora de controle do empregador, procedendo a compensação das horas excedentes, na forma prevista nesta Cláusula. Ficando atrelado ao aceite dos seus funcionários, que deveram assinar documento de autorização e com a devida apreciação dos sindicatos Laboral e Patronal.

**Parágrafo Primeiro:** As primeiras 20 (vinte) horas de sobre jornada realizadas pelo empregado, durante o mês, excedentes a 192 (cento e noventa e duas) horas mensais, serão pagas com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo Segundo:** As horas excedentes ao limite do parágrafo anterior serão acumuladas no BANCO DE HORAS, por um período máximo de 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Terceiro:** Durante os 90 (noventa) dias de que trata o parágrafo anterior, poderá haver compensação das horas excedentes pela diminuição da jornada diária ou pela concessão de folga além das normais.



**Parágrafo Quarto:** Será informado ao empregado, ao final de cada mês, o saldo da apuração das horas resultantes do BANCO DE HORAS, positivo ou negativo.

**Parágrafo Quinto:** A utilização de saldo existente no BANCO DE HORAS, seja positivo ou negativo, será feito em igualdade de condições, ou seja, na razão de uma hora depositada (crédito ou débito), para cada hora realizada.

**Parágrafo Sexto:** O saldo credor de horas não compensadas, apurado ao final de cada 90 (noventa) dias, será pago ao empregado com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo Sétimo:** No caso de desligamento do empregado, por pedido de demissão ou justa causa, o saldo existente no BANCO DE HORAS, será pago ou descontado, segundo as regras contidas nesta Cláusula. Observando o valor máximo de desconto o salário base da categoria.

**Parágrafo Oitavo:** Se o desligamento ocorrer por iniciativa da empresa, o saldo negativo existente no Banco de horas, será por ela absolvido, enquanto que a crédito de horas do empregado será pago juntamente com as verbas rescisórias, na forma do Parágrafo Sexto.

## FALTAS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ABONO DE FALTAS

As Empresas aceitarão atestados ou declarações de acompanhamento de 01 (um) dia, dos seus empregados que tenham acompanhado em caráter de emergência, seus dependentes e/ou cônjuge, desde que emitidas por profissional da área médica.

## TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA JORNADA 12X36

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 60 minutos para repouso e alimentação.

**Parágrafo Primeiro:** Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

**Parágrafo Segundo:** Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, mas remunerados no percentual de 20% para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

**Parágrafo Terceiro:** Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

**Parágrafo Quarto:** Conforme Termo de Ajustamento de Conduta nº 54/2014, da Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, fica acordado que seja aplicado às categorias com regime de 12X36, o divisor de 192 horas.

**Parágrafo Quinto:** A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - TRABALHO POR TEMPO PARCIAL

Fica vedado o contrato de trabalho por tempo parcial, exeto se o trabalhador receber o piso da categoria de forma integral.

**Parágrafo Primeiro:** O trabalhador que laborar em jornada parcial, fará jus aos 30 dias de férias.

**Parágrafo Segundo:** O trabalhador que tiver contrato de trabalho recebendo o valor integral do piso da categoria, não ficará devendo as horas trabalhadas.

## FÉRIAS E LICENÇAS

### OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa, ou mediante convênio/SESC e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso, serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

**Parágrafo Primeiro:** O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 24 (vinte e quatro) horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

**Parágrafo Segundo:** Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsele ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

**Parágrafo Terceiro:** Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

**Parágrafo Quarto:** Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

**Parágrafo Quinto:** Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

## SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados o uniforme necessário, considerando-se o uso normal do mesmo, sendo pelo menos 02 (dois) uniformes completos, entendendo-se como completo, camisa, calça e sapato, entregues de 06 (seis) meses em 06 (seis) meses e os equipamentos de proteção individual necessários. Para os trabalhadores que fiquem expostos à chuva, as empresas deverão fornecer capas impermeáveis.

**Parágrafo Primeiro:** O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. (alerta há que se ter previsão no contrato de trabalho).

**Parágrafo Segundo:** A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

**Parágrafo Terceiro:** A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

## RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DO QUADRO DE AVISO

Fica assegurado que as empresas deverão disponibilizar, em suas sedes ou nos locais de trabalho, espaço para fixação de Quadro de Avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, bem como para a divulgação de notícias sindicais.

**Parágrafo Único** - Nos locais de trabalho, a colocação do quadro de avisos fica na dependência de autorização do tomador do serviço e as notícias que lá estarão afixadas serão de responsabilidade do sindicato.

## LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL

Fica garantido ao dirigente sindical, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, que exerça cargo de direção e/ou de representante sindical, sem prejuízo de seus vencimentos, direitos adquiridos, vantagens decorrentes do contrato de trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho, o direito de se ausentar do serviço com a finalidade de tratar dos assuntos de interesses da categoria profissional por até 02 (duas) vezes – por dois (2) dias a cada trimestre.

**Parágrafo Primeiro:** Os demais dirigentes sindicais do Estado do Amazonas, serão liberados para o comparecimento em atividades sindicais (reuniões, cursos, etc.), durante 05 (cinco) dias ao ano. Os dirigentes do interior do Estado serão liberados durante 10 (dez) dias ao ano, sem prejuízo de suas remunerações, férias, 13º salário e demais direitos e vantagens da relação empregatícia.

**Parágrafo Segundo:** A solicitação de liberação de diretores, que trata o parágrafo primeiro desta cláusula, será feito pelo sindicato representativo da categoria, no prazo máximo de pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência à empresa na qual este originalmente trabalha.

**Parágrafo Terceiro:** Da solicitação do Diretor para cumprir sua jornada de trabalho a disposição no sindicato, ficam o salário, todos os encargos e obrigações trabalhistas sob responsabilidade da empresa. As Empresas concederão a liberação dos seus empregados eleitos para a Diretoria da Entidade Sindical, na quantidade máxima de 01 (um) funcionário por empresa. Fica o Presidente do SEEACEAM obrigado a notificar as empresas, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

**Parágrafo Quarto:** Fica garantido ao dirigente sindical, e conselho fiscal, estabilidade durante o período de seu mandato.

## ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA REMESSA DE COMPROVANTE DO PAGAMENTO DO FGTS

As empresas remeterão aos Sindicatos dos Trabalhadores e Patronal, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, cópia (em papel) das GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, devidamente quitada, acompanhada de relação contendo o nome do trabalhador e o valor recolhido.

**Parágrafo Único** - Fica certo e garantido que a empresa que descumprir esta cláusula fica sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor base de remuneração que deu origem a GFIP, a ser aplicada a parte infratora e revertida em favor da parte prejudicada.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL**

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B;

Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato Patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato Patronal (limpeza, conservação e serviços terceirizados) recolherão mediante guia a ser fornecida Pelo SEAC/AM, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido na seguinte tabela.

00 A 03	EMPREGADOS	R\$ 150,00
04 A 10	EMPREGADOS	R\$ 250,00
11 A 20	EMPREGADOS	R\$ 350,00
21 A 30	EMPREGADOS	R\$ 450,00
31 A 50	EMPREGADOS	R\$ 550,00
51 A 80	EMPREGADOS	R\$ 650,00
81 A 110	EMPREGADOS	R\$ 750,00
111 A 150	EMPREGADOS	R\$ 850,00
151 A 200	EMPREGADOS	R\$ 950,00
ACIMA DE 201	EMPREGADOS	R\$ 1.250,00

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL**

As empresas ficam obrigadas a descontar de todos empregados a título de **Contribuição Assistencial Laboral** o valor de **R\$ 20,00 (vinte reais)** dos colaboradores **associados** e **R\$ 40,00 (quarenta reais)** dos colaboradores **não associados** no mês de **FEVEREIRO/2026**, decidido em Assembleia Geral, e repassará ao SEEACEAM através de boleto bancário até 10º dia útil do mês subsequente, juntamente com a relação contendo nome, função, salário e valor do desconto, para emissão do respectivo boleto. Fica certo e garantido aos empregados o direito de manifestar até **13/02/2026**, oposição ao desconto previsto no caput, **desde que o faça de maneira individual, por escrito, em 03 (três) vias e o mesmo** apresentar nas dependências do Sindicato Laboral.

**Parágrafo Único.** As empresas ficam **desobrigadas** a efetuar o desconto da referida **Contribuição Assistencial Laboral** dos empregados que forem **admitidos no decorrer do ano, após o mês de fevereiro**, data fixada nesta Convenção Coletiva para a realização do referido desconto.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL MENSAL**

As empresas sindicalizadas recolherão para o sindicato patronal SEAC-AM, a título de Contribuição Associativa Patronal mensal a importância correspondente ao valor de um R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**Parágrafo Primeiro:** O não pagamento da importância prevista no caput, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do arquivamento e registro da presente Convenção na Delegacia Regional do Trabalho, ensejará a emissão de Duplicata de Serviços e respectivo protesto e, ainda, o ajuizamento de Ação Executiva, conforme deliberação na Assembleia da categoria.

**Parágrafo Segundo:** Fica garantido o direito de oposição às empresas que não concordarem com o aludido pagamento, desde que o faça no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do depósito da presente norma na DRT ou da data da publicação realizada pelo sindicato patronal em jornal de grande circulação a esse respeito, o que lhes for mais favorável.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA MENSALIDADE ASSOCIATIVA LABORAL**

As empresas ficam obrigadas a descontar mensalmente o percentual de **2% (dois por cento) do salário base**, decidido em Assembleia Geral Extraordinária, a título de Contribuição Associativa de todos os seus empregados, sendo o valor mínimo de **R\$ 33,11 (trinta e três reais e onze centavos)** e repassar ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas, até o 10º dia útil do mês subsequente, juntamente com a relação contendo nome, a matrícula na empresa, salário e valor do desconto.

**Parágrafo Primeiro:** Fica acordado que as empresas descontarão de seus empregados Associados, os valores correspondentes às compras feitas pelos mesmos, através dos convênios celebrados pelo Sindicato Laboral. Esses valores serão encaminhados às empresas pelo Sindicato respectivo da categoria, o qual terá obrigação quando solicitado pela empresa de anexar aos relatórios, comprovantes comprobatórios das compras efetuadas, e recolher mensalmente junto às empresas os valores descontados.

**Parágrafo Segundo:** Fica estabelecido entre as partes que os problemas de ordem legal, que poderão ser acarretados pelo estabelecimento desta cláusula, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Sindicato Laboral.

**Parágrafo Terceiro:** Fica acordado que o repasse/depósito do desconto ao SEEACEAM deverá ser feito obrigatoriamente até o dia 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao desconto. Tal quantia será devidamente depositada/recolhida na conta corrente do SEEACEAM.

**Parágrafo Quarto:** Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 1/2 (meio) piso da categoria revertido para o SEEACEAM até a data da efetivação liquidação.

**Parágrafo Quinto:** O empregado **associado** que estiver afastado em razão de percepção de benefício previdenciário concedido pelo **INSS**, seja por **auxílio-doença** ou **acidente de trabalho**, e que, em decorrência do afastamento, **não tenha o desconto da mensalidade sindical em folha**

de pagamento, poderá, caso queira **manter o usufruto dos benefícios do convênio mantido pelo Sindicato**, solicitar ao setor financeiro da entidade sindical a **emissão de boleto individual** para fins de pagamento da referida mensalidade.

**Parágrafo Sexto:** Fica certo e garantido aos empregado associados o direito de manifestar, a qualquer tempo, oposição ao desconto previsto no caput, desde que o faça de maneira individual e por escrito em 03 (três) vias e o mesmo apresentar nas dependências do Sindicato Laboral.

**Parágrafo Sétimo:** Os empregados associados em situação regular com SEEACEAM, terão direito aos benefícios abaixo relacionados:

I - Consulta com Assistência Médica nas Especialidades abaixo relacionadas:

II - Clínica Geral Diurno, Oftalmologia, Pediatria, Obstetrícia (Pré-natal), Ginecologia, Otorrino, Urologista, Ortopedista e Cardiologista.

III - Ultra-sonografia de:

Abdômen superior, Abdômen Total, Bolsa Escrotal Infantil, Mamária, Músculo, Esquelético, Obstétrica, Partes Superficiais, Pélvicas, Pediátrica, Pênis infantil, Próstata, Rins e vias urinárias, testículos infantil, tórax, transfontanela e Transvaginal.

IV - Raio X de:

Abdômen simples, Abdômen Agudo, Abdômen ap lateral ou localizada, antebraço ap lateral, Articulação acromioclavicular, Articulação tíbia-társica, Articulação sacra-iliacas, Bacia, Braço ap lateral, Calcâneo Lateral, Cavun, Clavícula, Coluna Cervil ap lateral, Coluna dorsal ap lateral, Coluna lombo-sacra e Coluna.

**Parágrafo Oitavo:** Assistência Jurídica- Área trabalhista.

**Parágrafo Nono:** Exame Laboratoriais básicos.

**Parágrafo Décimo:** Ficam as empresas obrigadas a fornecerem mensalmente a Relação dos Funcionários demitidos, para que seja dado baixa em nosso sistema.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Visando o dever das entidades sindicais Patronal e Laboral em zelar pelo fiel cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e os direitos dos trabalhadores instituídos no Artigo 7º da Constituição Federal, ficou acordado entre as partes a emissão da **CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE SINDICAL**, assinada por seus Presidentes ou Substitutos legais, com validade de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Primeiro:** Para emissão da referida Certidão serão solicitados os seguintes comprovantes:

Para o Sindicato Laboral:

1. Relatórios de Trabalhadores (e-Social) e Recibo de entrega dos Eventos de Tabelas e Periódicos S-1200(Remuneração Trabalhador) e S-1210 (Pagamentos);
2. Guia GFD (Guia de FGTS Digital) e comprovante de pagamento/ Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
3. Comprovação de Pagamento de Salário: RE (Relação de Empregados) e Comprovante Bancário de Pagamentos;
4. Regularidade Previdenciária e Tributária: Recibo de entrega da DCTFWeb;
5. Contribuição Sindical: Estar em dia com as obrigações sindicais.

Para o Sindicato Patronal:

1. Relatórios de Trabalhadores (e-Social) e Recibo de entrega dos Eventos de Tabelas e Periódicos S-1200(Remuneração Trabalhador) e S-1210 (Pagamentos);
2. Comprovante de Contribuição Negocial Patronal, Assistência Social e Familiar Patronal e Mensalidade.

**Parágrafo Segundo:** As empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da Administração Pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar a CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE SINDICAL, dentro do prazo de sua vigência, por força desta Convenção, assistidos pelos Artigos 607 e 611 da CLT, combinado com o Art. 124 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecido que a CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL, para os seus diversos fins, será emitida pelos sindicatos interessados, ou seja, pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS (SEAC/AM) ou pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS (SEEACEAM), a qual só terão validade quando os sindicatos mencionados deliberarem de forma conjunta quanto as condições para a sua emissão e a assinarem conjuntamente.

**Parágrafo Quarto:** A falta de **CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL** ou vencido seu prazo de validade, nos casos de Concorrências, Carta-convite, Tomada de Preços e Pregões, permitirá às demais empresas licitantes, bem assim aos Sindicatos Convenientes, que intervenham no processo licitatório, denunciando a irregularidade e/ou a empresa irregular por descumprimento das cláusulas convencionadas. Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Quinto:** Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DAS CERTIDÕES

Os sindicatos deverão emitir, sempre que solicitado, para fins diversos, certidões que declarem que as empresas solicitantes estejam regularizadas junto ao respectivo sindicato e que são cumpridoras da Convenção Coletiva em voga, se realmente o forem.

**Parágrafo Primeiro:** As certidões terão prazo de validade de 30 (trinta) dias e terão um custo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) que será pago através de boleto bancário, emitido pelo SEAC/AM.

**Parágrafo Segundo:** Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EMPRESAS DE OUTROS ESTADOS

As empresas com sede em outro estado que prestam ou que venham prestar suas atividades no Estado do Amazonas serão obrigadas a apresentar o Certificado de Regularidade Sindical do sindicato de sua origem, devidamente averbada no SEAC-AM.

**Parágrafo Único** - A empresa que, nos processos licitatórios, deixar de apresentar o Certificado de Regularidade Sindical, poderá ter a sua habilitação impugnada, por qualquer licitante, suscitando a superveniência desse fato caracterizador do inadimplemento de obrigações sindicais.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA DISTRIBUIÇÃO DAS CÓPIAS DA CCT

Por esta cláusula, todos os trabalhadores pertencentes à categoria profissional beneficiada por esta Convenção, sindicalizados ou não, bem como, todos os empresários, ou quem que tiver qualquer interesse nesta Convenção Coletiva de Trabalho, poderão ter acesso a cópia da mesma, para ciência inequívoca dos direitos, benefícios e deveres nela contidos, desde que recolham a taxa estipulada em R\$ 100,00 (cem reais) em favor do SEAC-AM, através de boleto próprio, devidamente pagos, na própria sede do SEAC-AM.

**Parágrafo Primeiro:** Só será considerada autêntica a cópia da CCT efetuadas pelo SEAC-AM, que a avaliará através de chancela própria, com a assinatura do Diretor-Presidente ou Diretora Executiva, do SEAC-AM, sendo expressamente proibida qualquer outra forma de reprodução e, portanto, inválida aos fins de direito, as cópias obtidas por meio diverso.

**Parágrafo Segundo:** Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DECLARAÇÃO ANUAL DE QUITAÇÃO TRABALHISTA

**Será autorizado ao Sindicato Profissional realizar procedimentos, a pedido das empresas interessadas e desde que haja concordância do empregado, com vistas a firmar termo de quitação anual de obrigações trabalhistas em conformidade com o art. 507-B da CLT, com anuência do Sindicato Patronal, perante à Comissão de Conciliação Prévia existente entre o SEAC-AM e o SEEACEAM.**

**Parágrafo Primeiro:** O termo previsto no caput discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente, o qual constatada a regularidade no cumprimento das obrigações deverá ser assinado, pelo empregado e empregador, bem como pelo SEEACEAM e SEAC-AM, dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

**Parágrafo Segundo:** No caso de ser apurada alguma diferença não quitada as partes poderão entabular acordo a respeito de eventuais diferenças apontadas, que após ser integralmente cumprido, terá eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

**Parágrafo Terceiro:** O pagamento referente a emissão do termo de quitação na Comissão de Conciliação de Prévia será de responsabilidade integral das empresas, e não poderá ser superior ao limite máximo de R\$15,00 (quinze reais) por termo.

### OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/DEMISSÃO/DATA BASE

As empresas que demitirem os empregados em razão do encerramento de contrato de prestação de serviços com o tomador, no mês anterior à data base, estão isentas do pagamento da multa prevista na Lei nº 7.238/84, artigo 9º, considerando ser esse motivo ser superveniente e alheio à vontade do Empregador.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ACORDO COLETIVO

Os Acordos Coletivos de Trabalho firmados a partir desta data, para ter validade e eficácia, não poderão conter previsões que reduzam os direitos assegurados em lei e/ou na presente Convenção Coletiva de Trabalho e deverão ter anuência e assinatura conjunta do Sindicato Patronal e do Sindicato Laboral.

### DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Por este instrumento de negociação coletiva, os Sindicatos Convenientes mantém a Comissão de Conciliação Prévia, instituída em CCT anterior. A Comissão de Conciliação Prévia Sindical, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho de integrantes da categoria profissional com as empresas deste setor econômico, nos termos da lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2.000, a qual se regerá pelos termos e condições que se seguem:

**Parágrafo Primeiro:** A Comissão constituída iniciará suas atividades na data de 21 de maio de 2008 (21/5/2008) e será, obrigatoriamente, composta por 01 (um) representante do sindicato laboral, 01 (um) representante do sindicato patronal e 01 (um) escrivão, os quais deverão estar presentes a todas as reuniões/audiências de conciliação, sob pena de nulidade absoluta destas.

**Parágrafo Segundo:** Cabe aos Sindicatos Convenentes indicar os seus representantes titulares e igual número de suplentes, que poderão pertencer às diretorias ou, desde que prévia e formalmente aceito pela outra parte, a órgãos internos do sindicato ou ainda pessoas externas ao funcionamento dos Sindicatos Convenentes.

**Parágrafo Terceiro:** Poderão os Sindicatos Convenentes substituir, a qualquer tempo, qualquer dos membros indicados (prepostos), com comunicação formal ao outro sindicato e a todos os membros da Comissão da localidade, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo Quarto:** Aos prepostos dos Sindicatos Convenentes ficam asseguradas as garantias pessoais que já possuam, inerentes ao mandado do seu cargo sindical, nada se acrescentando em termos de garantias ou direitos trabalhistas por conta da participação que venha a ter na Comissão de Conciliação Prévia Sindical.

**Parágrafo Quinto:** É vedada a participação em processo de conciliação de membro da Comissão pertencente à empresa envolvida.

**Parágrafo Sexto:** O membro da Comissão que se encontre no exercício regular de sua função desenvolverá seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

**Parágrafo Sétimo:** A Comissão funcionará nas instalações do Sindicato Profissional ou em outro local que as partes venham deliberar e terão as suas despesas específicas, necessárias para o seu funcionamento, arcadas paritariamente mediante orçamento trimestral, explanando-se que:

I - Relacionam-se como despesas necessárias e específicas para o funcionamento da Comissão, sem pretender-se esgotar ou restringir, a título exemplificativo: material de expediente, secretária, xerox, equipamentos de escritório, aluguel de instalação e outras despesas;

II - O orçamento trimestral deverá ser elaborado e aprovado pelas diretorias dos Sindicatos Convenentes, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do arquivamento da presente CCT.

III - Até o fim do segundo mês de cada trimestre deverá ser elaborada pelos membros titulares da Comissão uma proposta orçamentária para o trimestre seguinte e obtida a aprovação de ambas as diretorias dos Sindicatos Convenentes, sob pena de suspensão dos trabalhos da Comissão, até que se tenha aprovado o orçamento;

IV - A execução financeira caberá a cada Sindicato Convenente conforme a parte que lhe cabe no orçamento aprovado;

V - A prestação mensal de contas de qualquer valor gasto em função dos trabalhos da Comissão deverá ser consubstanciada em relatório assinado pela totalidade dos membros titulares e encaminhado, o original, para a diretoria de origem dos recursos bem como cópia para a outra diretoria, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte;

VI - Junto com a prestação de contas deverá a Comissão informar os dados estatísticos de sua atuação, entre eles: entradas de solicitação de conciliação, atendimentos com êxito, atendimentos sem êxito, solicitações de andamento, etc.

**Parágrafo Oitavo:** A Comissão funcionará de segunda à quinta-feira, das 08h30min às 14h00min, devendo as partes interessadas, convocar a audiência, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, garantindo-se que para esta convocação bastará que a empresa ou o empregado, bem como seu representante, legalmente constituído, encaminhe, por qualquer meio, solicitação para a sua realização.

**Parágrafo Nono:** As reuniões/audiências conciliatórias obedecerão à ordem cronológica das solicitações podendo, quando necessário, serem realizadas audiências extraordinárias visando o descongestionamento de eventuais acúmulos de solicitações e de acordo com a demanda apresentada.

I - Na hipótese de ser provocada, a Comissão de Conciliação Prévia, por iniciativa da empresa e esta não comparecer rigorosamente na data e no horário previamente marcado, será cobrada uma multa de 30 % (trinta por cento) do piso da categoria que será revertida para as despesas administrativas da Comissão.

**Parágrafo Décimo:** Toda e qualquer controvérsia de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia e o processo de conciliação observará os seguintes procedimentos e condições:

I - A demanda será formulada por escrito pelo interessado na secretaria do Sindicato Profissional ou reduzida a termo por qualquer dos membros da Comissão, ocasião em que o interessado terá conhecimento e dará ciência da data/hora prevista para a reunião/audiência de conciliação, nunca num prazo superior a 10 (dez) dias;

II - Compete à secretaria do Sindicato Profissional dar ciência a todos os outros interessados com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, da data/hora prevista para a reunião/audiência de conciliação, formalmente encaminhando cópia do processo;

III - Aceita a conciliação, será lavrado termo denominado ATA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros presentes da comissão, fornecendo-se cópia às partes;

IV - Não logrando êxito a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada (ATA DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA NEGATIVA) com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros presentes da comissão, que deverá ser juntada à eventual Reclamação Trabalhista, conforme determinação legal;

V - Fica certo e entendido que o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto a parcelas expressamente ressalvadas.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** A empresa será representada, nas audiências conciliatórias, através do proprietário ou do preposto, devidamente acompanhado da carta de preposição e do contrato social da empresa.

**Parágrafo Décimo Segundo:** O(s) trabalhador(es) deverá(ão) apresentar-se para as audiências munido(s) de sua Carteira de Trabalho e de sua Carteira de Identidade, bem como da confirmação de solicitação de audiência de conciliação e devidamente acompanhado do representante da categoria laboral ou de advogado de sua confiança.

**Parágrafo Décimo Terceiro:** Aplica-se à Comissão de Conciliação Prévia, criada nesta convenção, no que couber, as disposições previstas na CLT, jurisprudência e doutrina trabalhista, especialmente no que concerne ao INADIMPLEMENTO das obrigações oriundas de conciliação e acordos, desde que observados os princípios de paridade e negociação coletiva na sua constituição.

**Parágrafo Décimo Quarto:** Os acordos, quando não cumpridos, firmados perante esta Comissão, serão devidamente EXECUTADOS, de acordo com a legislação trabalhista vigente.

**Parágrafo Décimo Quinto:** É competente, para a execução de título executivo extrajudicial, o juízo que originariamente tem competência para o processo de conhecimento relativo a matéria.

**Parágrafo Décimo Sexto:** Aos fins de custeio da atividade e funcionamento da Comissão, e de modo a preservar e manter a qualidade dos serviços, as empresas que demandarem ou forem demandadas, havendo acordo ou não, recolherão para a Comissão a taxa de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), pagos na oportunidade da audiência, diretamente à Secretaria da Comissão.

I - As empresas associadas ao sindicato que estiverem rigorosamente em dia com todas as suas obrigações e contribuições sindicais, farão jus a desconto de 23% (vinte e três por cento) do valor acima mencionado.

II - Os valores estabelecidos neste parágrafo, quando inadimplidos, poderão ser objeto de cobrança executiva na Justiça do Trabalho.

#### APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

##### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - COMISSÃO DE AUTOCONSTATAÇÃO DE CONVEÇÃO - CAC

Em virtude do interesse de garantir o fiel cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária e deste documento junto a opinião pública, aos Tomadores de Serviços e às Autoridades Públicas e Privadas, de todas as esferas, especialmente as responsáveis pela preservação da regularidade das relações trabalhistas e previdenciárias, não só pela submissão à obrigatoriedade legal, mas, também, para elidir de vez com o estigma de mau empregador e mau contribuinte que o setor ainda alimenta no seio da sociedade, as partes acordam pela criação da autofiscalização do setor, nos seguintes termos:

**I** - fica constituída uma comissão de dois membros indicados pelo Sindicato Patronal, sendo um titular e um suplente, e de igual número de membros indicados pelo Sindicato Profissional, para definir, planejar, executar, controlar e resolver todos os assuntos pertinentes à matéria, de acordo com os princípios neste documento, pelo voto da maioria de seus membros titulares, reunindo-se, no mínimo, uma vez por mês;

**II** - cabe à Comissão de Autofiscalização, essencialmente, a apuração de fatos que desabonem ou possam vir a desabonar o setor, no que se refere ao cumprimento pelas empresas, pelos profissionais da categoria e pelos contratantes dos serviços, da Legislação Trabalhista, Previdenciária, Fundiária, a específica do setor e das convenções e acordos firmados entre as partes, sejam eles de direito público ou privado;

**III** - compete à Comissão de Autofiscalização: receber denúncia; realizar buscas; visitar as empresas e os locais de execução dos serviços, observada comunicação prévia com sete dias; requerer informações e documentos, mediante o prazo de sete dias; ter acesso aos documentos inerentes ao objeto da presente cláusula; consultar órgãos e valer-se de outros meios legais para obtenção de dados que possam ser de seu interesse; formalizar o resultado de seu trabalho, de modo que seja decidido em conjunto as providências a serem tomadas, entre elas, mas sem se restringir, a aplicação de multas com base neste documento e a denúncia às autoridades constituídas pertinentes às matérias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Obriga-se o Sindicato que tenha conhecimento de irregularidade ou fato inerente ou objeto de apuração através da cláusula em questão, a notificar o outro no prazo máximo de dois dias úteis, sob pena de multa, independentemente de toda e qualquer providência que venha a tomar, a qual, no mesmo prazo e com a mesma cominação, deverá ser igualmente cientificada.

#### DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

##### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA MULTA

Entidades convenientes acordam em estabelecer a multa de 1/3 (um terço) do salário mínimo da CCT vigente, por trabalhador, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho em vigência, em caso de reincidência fica estipulado 1/2 salário mínimo da categoria, por trabalhador. revertendo-se a mesma em favor da parte a quem a infringência prejudicar, independentemente das punições de ordem administrativas impostas pela fiscalização do Ministério do Trabalho.

#### OUTRAS DISPOSIÇÕES

##### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DO OBJETIVO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, firmada nos termos do art. 611 da CLT e demais legislação pertinente, tem por finalidade a estipulação de condições especiais de trabalho, aplicáveis no âmbito das respectivas representações, regulando as relações individuais de trabalho, mantidas entre as Empresas de Asseio e Conservação e seus respectivos empregados, bem como, ainda, a concessão de aumentos de salários e demais benefícios, na forma pactuada nas cláusulas abaixo, que as convenientes, reciprocamente, aceitam e outorgam.

##### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DOS BENEFICIARIOS

São beneficiários deste negócio jurídico todos os empregados abrangidos nas representações sindicais, na base territorial do Sindicato dos Empregados e, por extensão, para todo o Estado do Amazonas, por delegação de poderes das entidades hierarquicamente superiores, na conformidade do disposto no art. 611 da CLT, e que trabalham para as Empresas cuja classe econômica é representada pelo Sindicato Convenente.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, está sendo lavrada em 03 (três) vias, extraindo-se lhes tantas cópias quantas forem necessárias para arquivo e uso dos Convenentes, uma das quais será depositada na Delegacia Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas SRTE/AM, para fins de registro, como ordena o Parágrafo Único do artigo 614 da CLT.

E por estarem assim justos e contratados, assinam os Convenentes por seus representantes legais, a presente Convenção Coletiva de Trabalho, assistidos por seus respectivos advogados, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos, prestados pelas empresas, e concomitante adimplência aos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convenionado que as empresas assistidas por esta CCT, na elaboração de propostas de preços, deverão praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de 81,98% (oitenta e um vírgula noventa e oito por cento), para a carga horária de segunda a sexta-feira, 81,86% (oitenta e um vírgula oitenta e seis por cento) para carga horária de segunda a sábado e 82,27% (oitenta e dois vírgula vinte e sete por cento) para carga horária 12x36, conforme abaixo:

<b>GRUPO "A" - CUSTO DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>2ª a 6ª 40 horas</b>	<b>2ª a 6ª 44 horas</b>	<b>2ª a Sábado 44 horas</b>	<b>12 x 36</b>	<b>Fundamentação Legal</b>
<b>INSS</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91</b>
<b>FGTS</b>	<b>8,00%</b>	<b>8,00%</b>	<b>8,00%</b>	<b>8,00%</b>	<b>Artigo 15 Lei 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88</b>
<b>SESC</b>	<b>1,50%</b>	<b>1,50%</b>	<b>1,50%</b>	<b>1,50%</b>	<b>Decreto 61.836/67</b>
<b>SENAC</b>	<b>1,00%</b>	<b>1,00%</b>	<b>1,00%</b>	<b>1,00%</b>	<b>Decreto 61.843/67</b>
<b>SEBRAE</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,60%</b>	<b>Decreto 99.570/90</b>
<b>INCRA</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,20%</b>	<b>Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70</b>
<b>SALÁRIO EDUCAÇÃO</b>	<b>2,50%</b>	<b>2,50%</b>	<b>2,50%</b>	<b>2,50%</b>	<b>Artigo 3º Inciso I Decreto 87.043/82</b>
<b>RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>Decreto 6.042/2007 CNAE 8121/00 LEI 10.666/2003</b>
<b>Total do Grupo "A"</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>	
<b>GRUPO "B" - CUSTOS E SUBSTITUIÇÕES</b>	<b>2ª a 6ª 40 horas</b>	<b>2ª a 6ª 44 horas</b>	<b>2ª a Sábado 44 horas</b>	<b>12 x 36</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>
<b>FÉRIAS GOZADAS</b>	<b>8,25%</b>	<b>8,25%</b>	<b>8,24%</b>	<b>8,27%</b>	<b>Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII</b>
<b>AUXÍLIO DOENÇA</b>	<b>2,69%</b>	<b>2,69%</b>	<b>2,68%</b>	<b>2,69%</b>	<b>Artigo 18 Lei 8.212/91 e artigo 476 CLT</b>
<b>AFASTAMENTOS MAIS DE 15 DIAS</b>	<b>0,13%</b>	<b>0,13%</b>	<b>0,13%</b>	<b>0,13%</b>	<b>Artigo 18 Lei 8.212/91 e artigo 476 CLT</b>
<b>LICENÇA PATERNIDADE</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>Lei 13.527/2016</b>
<b>ACIDENTE DE TRABALHO</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>Lei 6.367/76 e Artigo 476 da CLT</b>
<b>FALTAS LEGAIS</b>	<b>0,76%</b>	<b>0,76%</b>	<b>0,76%</b>	<b>0,76%</b>	<b>Artigo 473 e 822 da CLT</b>
<b>TREINAMENTO</b>	<b>0,39%</b>	<b>0,39</b>	<b>0,33%</b>	<b>0,54%</b>	<b>IN 05 do MET e Item XXII da CF/88</b>
<b>Total do Grupo "B"</b>	<b>12,24%</b>	<b>12,24%</b>	<b>12,16%</b>	<b>12,41%</b>	
<b>GRUPO "C" - CUSTOS DAS INDENIZAÇÕES</b>	<b>2ª a 6ª 40 horas</b>	<b>2ª a 6ª 44 horas</b>	<b>2ª a Sábado 44 horas</b>	<b>12 x 36</b>	<b>Fundamentação Legal</b>
<b>1/3 CONSTITUCIONAIS DE FÉRIAS</b>	<b>2,75%</b>	<b>2,75%</b>	<b>2,75%</b>	<b>2,76%</b>	<b>Artigo 7, Inciso XVII CF/88</b>
<b>13º SALÁRIO</b>	<b>9,34%</b>	<b>9,34%</b>	<b>9,33%</b>	<b>9,35%</b>	<b>Lei 4090/62 Inciso VIII Art. 7 CF 88</b>



AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	CLT Artigo 488 § Único e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
Total do Grupo "C"	12,23%	12,23%	12,22%	12,25%	
GRUPO "D" - CUSTO DAS RESCISÕES	2ª a 6ª 40 horas	2ª a 6ª 44 horas	2ª a Sábado 44 horas	12 x 36	Fundamentação Legal
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	3,52%	3,52%	3,52%	3,53%	Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88
COMPLEMENTO AVISO PRÉVIO	0,82%	0,82%	0,82%	0,82%	Lei 12.506 de 13 de outubro de 2011.
REFLEXOS 13º SAL. E FÉRIAS	0,84%	0,84%	0,84%	0,85%	IN SRT 15 de 14 de julho de 2010.
INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA	4,01%	4,01%	4,01%	4,02%	Artigo 487CLT e Art. 10 Inciso I Disp.Trans.CF/88
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,52%	0,52%	0,52%	0,52%	Artigo 9º 7.238/84
FÉRIAS INDENIZADAS	0,84%	0,84%	0,84%	0,84%	Artigo 146 e § Único
ADICIONAL DE FÉRIAS INDENIZADAS	0,28%	0,28%	0,28%	0,28%	Artigo 7 item XVII CF/88 - SUMULA 328/TST
Total do Grupo "D"	10,83%	10,83%	10,83%	10,86%	
Grupo "E" - CUSTOS COMPLEMENTARES	2ª a 6ª 40 horas	2ª a 6ª 44 horas	2ª a Sábado 44 horas	12 x 36	Fundamentação Legal
ABONO PECUNIÁRIO	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	Artigo 143 CLT
1/3 CONST. ABONO PECUNIÁRIO	0,09%	0,09%	0,09%	0,09%	Artigo 7 item XVII CF/88 - SUMULA 328/TST
Total do Grupo "E"	0,35%	0,35%	0,35%	0,35%	
GRUPO "F" CUSTO DAS INCIDÊNCIAS	2ª a 6ª 40 horas	2º a 6º 44 horas	2ª a Sábado 44 horas	12 x 36	Fundamentação Legal
FGTS S/ AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,35%	0,35%	0,35%	0,35%	Sumula 305 TST
INCIDÊNCIAS SALÁRIO MATERNIDADE	0,15%	0,15%	0,15%	0,15%	Artigo 58 DA IN 971 Previdência
FGTS 1/12 13º SALÁRIO INDENIZADO	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	IN 99 M.T.E. artigo 8 item XIII
INCIDÊNCIA GRUPO "A" S/ GRUPO "B" + "C"	9,00%	9,00%	8,97%	9,07%	Artigo 28º Lei 8.212/91
Total do Grupo "F"	9,53%	9,53%	9,50%	9,60%	
TOTAL DOS ENCARGOS	81,98%	81,98%	81,86%	82,27%	

}

BENILSON CAVALCANTE HIPOLITO  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS EMP.EM EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM

LUIZ RODRIGUES COELHO FILHO  
PRESIDENTE  
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS

## ANEXOS

### ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\).](#)

## ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA

[Anexo \(PDF\).](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO I - COVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026 - ASSEIO E CONSERVAÇÃO - AMAZONAS
Data/Hora de Criação:	18/02/2026 19:30:45
Páginas do Documento:	19
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	20
Hash MD5:	414347bebcf357be9ffe42281e1ba32b
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 19/02/2026 às 09:08:18 no horário oficial de Brasília.

## ANEXO II -A



MINISTERIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
BASE AÉREA DE MANAUS

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	DD/MM/AAAA
B	Município	MANAUS-AM
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.655,25
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Agente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	23/01/2026

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.655,25
B	Adicional Periculosidade	R\$ -
C	Adicional Insalubridade	R\$ -
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	R\$ -
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	R\$ -
G	Outros (especificar)	R\$ -
TOTAL		R\$ 1.655,25

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	9,34%	154,60
B	Adicional de Férias	2,75%	45,52
Total			200,12

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 331,10
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 41,38
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	R\$ 49,66
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 24,83
E	SENAI – SENAC	1,00%	R\$ 16,55
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,93
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,31
H	FGTS	8,00%	R\$ 132,42
Total		36,80%	R\$ 609,18

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte ( <a href="https://www.manaus.am.gov.br/noticia/nota/nova-tarifa-de-onibus-em-manaus">https://www.manaus.am.gov.br/noticia/nota/nova-tarifa-de-onibus-em-manaus</a> ) *44 viagens mensais , R\$ 6,00 cada – 6% referente ao Desconto do Vale-transporte	R\$ 164,69
B	Auxílio Refeição/Alimentação *22 refeições mensais x R\$ 24,50 – 10% de R\$ 24,50	R\$ 485,10
C	Cesta Básica	R\$ 180,00
D	Auxílio Doença	2,69% R\$ 44,53

<b>E</b>	Auxílio Saúde - Assistência Odontológica	R\$	16,00
<b>Total</b>		<b>R\$</b>	<b>890,32</b>

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS			Valor (R\$)
<b>2.1</b>	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ 200,12
<b>2.2</b>	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ 609,18
<b>2.3</b>	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 890,32
<b>Total</b>			<b>R\$ 1.699,52</b>

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
		%	Valor (R\$)
<b>A</b>	Aviso Prévio Indenizado	3,52%	R\$ 58,26
<b>B</b>	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,28%	R\$ 4,66
<b>C</b>	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 33,10
<b>D</b>	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 32,11
<b>E</b>	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 11,82
<b>F</b>	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ 33,10
<b>G</b>	Complemento Aviso Prévio	0,82%	R\$ 13,57
<b>H</b>	Reflexos 13º Salário e Férias	0,84%	R\$ 13,90
<b>I</b>	Indenização Compensatória	4,01%	R\$ 66,37
<b>J</b>	Indenização Adicional	0,52%	R\$ 8,06
<b>K</b>	Férias Indenizadas	0,84%	R\$ 13,90
<b>L</b>	Adicional de Férias Indenizadas	0,28%	R\$ 4,63
<b>Total</b>			<b>R\$ 293,48</b>

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
		%	Valor (R\$)
<b>A</b>	Substituto na Cobertura de Férias	8,25%	R\$ 136,56
<b>B</b>	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,76%	R\$ 27,73
<b>C</b>	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,01%	R\$ 0,36
<b>D</b>	Substituto na Cobertura por Ausência por Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,36
<b>E</b>	Afastamento Maternidade	0,074%	R\$ 2,70
<b>F</b>	Treinamentos	0,39%	R\$ 14,23
<b>G</b>	Afastamento por mais de 15 dias	0,13%	R\$ 4,74
<b>Total</b>			<b>R\$ 186,68</b>

Submódulo 4.2 – Intra jornada		Valor (R\$)
<b>A</b>	Intervalo para Repouso ou Alimentação	-
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4		Valor (R\$)
<b>4.1</b>	Ausências Legais	R\$ 186,68
<b>4.2</b>	Intra jornada	-
<b>Total</b>		<b>R\$ 186,68</b>

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			Valor (R\$)
<b>A</b>	Uniformes (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)		R\$ 32,66
<b>B</b>	Materiais (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)		R\$ 556,24
<b>C</b>	Equipamentos (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)		R\$ 119,52
<b>D</b>	EPI's (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)		R\$ 22,50
<b>E</b>	Utensílios de Limpeza		R\$ 44,75
<b>F</b>	Abono Pecuniário	0,26%	R\$ 4,30
<b>G</b>	1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	R\$ 1,49
<b>Total</b>			<b>R\$ 781,46</b>

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
		%	Valor (R\$)
<b>A</b>	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 138,49
<b>B</b>	Lucro	6,79%	R\$ 322,86
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>	14,25%	
<b>C.1</b>	PIS	1,65%	R\$ 97,70
<b>C.2</b>	COFINS	7,60%	R\$ 450,04
<b>C.3</b>	ISS	5,00%	R\$ 296,08
<b>Total</b>			<b>R\$ 1.305,17</b>

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ 1.655,25
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 1.699,52
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ 293,48
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ 186,68
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ 781,46
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 4.616,39
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ 1.305,17
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 5.921,56

## ANEXO II -B



MINISTERIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
BASE AÉREA DE MANAUS

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	DD/MM/AAAA
B	Município	MANAUS-AM
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5142-25
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.655,25
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Agente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	23/01/2026

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.655,25
B	Adicional Periculosidade	R\$ -
C	Adicional Insalubridade - 40% salário mínimo, conforme CCT	R\$ 648,40
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	R\$ -
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	R\$ -
G	Outros (especificar)	R\$ -
TOTAL		R\$ 2.303,65

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	9,34%	215,17
B	Adicional de Férias	2,75%	63,35
Total			278,52

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 460,73
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 57,59
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	R\$ 69,11
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 34,55
E	SENAI – SENAC	1,00%	R\$ 23,04
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 13,82
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,61
H	FGTS	8,00%	R\$ 184,29
Total		36,80%	R\$ 847,74

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte ( <a href="https://www.manaus.am.gov.br/noticia/nota/nova-tarifa-de-onibus-em-manaus">https://www.manaus.am.gov.br/noticia/nota/nova-tarifa-de-onibus-em-manaus</a> ) *44 viagens mensais, R\$ 6,00 cada – 6% referente ao Desconto do Vale-transporte	R\$ 164,69
B	Auxílio Refeição/Alimentação *22 refeições mensais x R\$ 24,50 – 10% de R\$ 24,50	R\$ 485,10
C	Cesta Básica	R\$ 180,00
D	Auxílio Doença	2,69% R\$ 44,53



<b>E</b>	Auxílio Saúde - Assistência Odontológica	R\$	16,00
<b>Total</b>		<b>R\$</b>	<b>890,32</b>

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS			Valor (R\$)
<b>2.1</b>	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ 278,52
<b>2.2</b>	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ 847,74
<b>2.3</b>	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 890,32
<b>Total</b>			<b>R\$ 2.016,58</b>

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
		%	Valor (R\$)
<b>A</b>	Aviso Prévio Indenizado	3,52%	R\$ 81,09
<b>B</b>	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,28%	R\$ 6,49
<b>C</b>	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 46,07
<b>D</b>	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 44,69
<b>E</b>	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 16,45
<b>F</b>	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ 46,07
<b>G</b>	Complemento Aviso Prévio	0,82%	R\$ 18,89
<b>H</b>	Reflexos 13º Salário e Férias	0,84%	R\$ 19,35
<b>I</b>	Indenização Compensatória	4,01%	R\$ 92,38
<b>J</b>	Indenização Adicional	0,52%	R\$ 11,98
<b>K</b>	Férias Indenizadas	0,84%	R\$ 19,35
<b>L</b>	Adicional de Férias Indenizadas	0,28%	R\$ 6,45
<b>Total</b>			<b>R\$ 409,26</b>

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
		%	Valor (R\$)
<b>A</b>	Substituto na Cobertura de Férias	8,25%	R\$ 190,05
<b>B</b>	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,76%	R\$ 35,94
<b>C</b>	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,01%	R\$ 0,47
<b>D</b>	Substituto na Cobertura por Ausência por Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,47
<b>E</b>	Afastamento Maternidade	0,074%	R\$ 3,50
<b>F</b>	Treinamentos	0,39%	R\$ 18,44
<b>G</b>	Afastamento por mais de 15 dias	0,13%	R\$ 6,15
<b>Total</b>			<b>R\$ 255,02</b>

Submódulo 4.2 – Intra jornada			Valor (R\$)
<b>A</b>	Intervalo para Repouso ou Alimentação		-
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4			Valor (R\$)
<b>4.1</b>	Ausências Legais		R\$ 255,02
<b>4.2</b>	Intra jornada		R\$ -
<b>Total</b>			<b>R\$ 255,02</b>

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			Valor (R\$)
<b>A</b>	Uniformes (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)		R\$ 32,66
<b>B</b>	Materiais (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)		R\$ 556,24
<b>C</b>	Equipamentos (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)		R\$ 119,52
<b>D</b>	EPI's (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)		R\$ 22,50
<b>E</b>	Utensílios de Limpeza		R\$ 44,75
<b>F</b>	Abono Pecuniário	0,26%	R\$ 5,99
<b>G</b>	1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	R\$ 2,07
<b>Total</b>			<b>R\$ 783,73</b>

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
		%	Valor (R\$)
<b>A</b>	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 173,05
<b>B</b>	Lucro	6,79%	R\$ 403,41
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>	14,25%	
<b>C.1</b>	PIS	1,65%	R\$ 122,08
<b>C.2</b>	COFINS	7,60%	R\$ 562,33
<b>C.3</b>	ISS	5,00%	R\$ 369,95
<b>Total</b>			<b>R\$ 1.630,82</b>

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 2.303,65
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 2.016,58
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 409,26
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 255,02
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 783,73
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 5.768,24
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 1.630,82
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 7.399,06

## ANEXO II - C



MINISTERIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
BASE AÉREA DE MANAUS

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO****Média Mensal de Dias Trabalhados :**

Para o cálculo dos custos previstos na contratação de Agentes de Limpeza e Agentes de Limpeza Banheirista, foi considerada a média de 22 dias úteis de trabalho por mês, com jornada de 44 horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira.

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	DD/MM/AAAA
B	Município	MANAUS-AM
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.655,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Agente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	23/01/2026

**Módulo 1 – Composição da Remuneração****A) Salário Base**

A empresa deverá indicar qual seu enquadramento sindical, sendo a elaboração de sua proposta de acordo com a convenção coletiva do sindicato relacionado à sua atividade preponderante (Arts. 570, 577 e 581, §2º da CLT, Art. 8º, II, CF e Acórdão TCU 1097/2019, Plenário). Os valores dos salários e benefícios dos profissionais previstos neste Processo foram considerados de acordo com o estabelecido por meio da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada no MTE sob o nº AM000038/2026, celebrada pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS e pelo SINDICATO DOS EMP.EM EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM.

**C) Adicional de Insalubridade**

Para o Agente de limpeza banheirista, será considerado adicional de insalubridade conforme NR 15 e Cláusula Sexta da Convenção Coletiva supracitada, será considerado grau máximo, 40%. Não há previsão para os demais adicionais da tabela abaixo.

Não há previsão inicial para os demais postos. Poderá ser alvo de reequilíbrio após apresentação de laudo.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade		R\$ -
C	Adicional Insalubridade	40% Sal Mínimo	R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		R\$ -
G	Outros (especificar)		R\$ -

<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
--------------	------------	----------

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses e o total refere-se à remuneração.

## **Modulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

### Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

<b>MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
<b>Submódulo 2.1 - 13º, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	13 (Décimo-terceiro) salário	9,34%	R\$ -
<b>B</b>	Adicional de Férias	2,75%	R\$ -
<b>Total</b>		<b>12,09%</b>	<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes ao 13º salário e gratificação de férias e adicional de férias.

**Nota 2:** Os valores consignados nas tabelas do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários deste processo foram extraídos da Cláusula Quadragésima Quinta – Tabela de Encargos Sociais da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sob o nº AM000038/2026.

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

<b>Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições</b>		<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	INSS	20,00%	R\$ -
<b>B</b>	Salário Educação	2,50%	R\$ -
<b>C</b>	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	R\$ -
<b>D</b>	SESC ou SESI	1,50%	R\$ -
<b>E</b>	SENAI – SENAC	1,00%	R\$ -
<b>F</b>	SEBRAE	0,60%	R\$ -
<b>G</b>	INCRA	0,20%	R\$ -
<b>H</b>	FGTS	8,00%	R\$ -
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, 2% e 3%. No caso, consideraremos a alíquota final de 3%, Ou o referente a 2% do GIIL-RAT x 1,5% referente ao Fator Acidentário de Prevenção - FAP

### Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

#### **A) Transporte**

Valor do transporte, extraído do site oficial da prefeitura de Manaus-AM de 2025 e após consultas de que não houve reajuste dos valores no ano de 2026, x nº de passagens por dia x nº de dias trabalhados – (6% x valor salário base)= R\$ 6,00 X 44 – (6% de 1.655,00).

#### **B) Auxílio Refeição/Alimentação**

Conforme Cláusula Sétima da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada sob o nº AM000038/2026.

#### **C) Cesta Básica**

Conforme Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada sob o nº AM000038/2026.

**D) Auxílio Doença**

Conforme Cláusula Quadragésima Quinta – Tabela de Encargos Sociais, da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada sob o nº AM000038/2026.

**E) Auxílio Saúde – Assistência Odontológica**

Conforme parágrafo sexto da Cláusula Décima da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada sob o nº AM000038/2026.

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	-
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	-
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			Valor (R\$)
A	Transporte ( <a href="https://www.manaus.am.gov.br/noticia/nota/nova-tarifa-de-onibus-em-manaus">https://www.manaus.am.gov.br/noticia/nota/nova-tarifa-de-onibus-em-manaus</a> ) *44 viagens mensais, R\$ 6,00 cada – 6% referente ao Desconto do Vale-transporte		R\$ -
B	Auxílio Refeição/Alimentação *22 refeições mensais x R\$ 24,50 – 10% de R\$ 24,50		R\$ -
C	Cesta Básica		R\$ -
D	Auxílio Doença	2,69%	R\$ -
E	Auxílio Saúde - Assistência Odontológica		R\$ -
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

**Módulo 3 – Provisão para Rescisão**

**A à L)** Os valores referentes à provisão para rescisão foram extraídos da Cláusula Quadragésima Quinta – Tabela de Encargos Sociais, da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada sob o nº AM000038/2026.

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	3,52%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,28%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00 %	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
G	Complemento Aviso Prévio	0,82%	R\$ -
H	Reflexos 13º Salário e Férias	0,84%	R\$ -
I	Indenização Compensatória	4,01%	R\$ -
J	Indenização Adicional	0,52%	R\$ -
K	Férias Indenizadas	0,84%	R\$ -
L	Adicional de Férias Indenizadas	0,28%	R\$ -
<b>Total</b>		<b>17,76%</b>	<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** B) Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado - conhecido o valor do Aviso Prévio Indenizado, aplicar 8% do FGTS sobre o mesmo valor resultante do Aviso Prévio Indenizado. Fundamentação Legal: Jurisprudência TCU (Acórdão 2.217/2010 – Plenário).

**Nota 2:** C) Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado - 2% - Anexo XII da IN 5/2017 e Lei no 13.932 que extinguiu, no art. 12, a Contribuição Social de 10% sobre o FGTS: para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4% (Incide sobre o Módulo I - Composição da Remuneração). Fundamentação Legal: Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 18, § 1o) com redação dada pela Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997.

**Nota 3:** E) Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado - conhecido o valor do Aviso Prévio Trabalhado, aplicou-se o percentual total do submódulo 2.2 (36,80%) sobre o mesmo. Fundamentação Legal: IN SEGES/MPDG no 5/2017 (Anexo VII-D)

**Nota 4:** F) Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado - 2% - Anexo XII da IN 5/2017 e Lei no 13.932 que extinguiu, no art. 12, a Contribuição Social de 10% sobre o FGTS; para os órgãos que trabalham com Conta Vinculada, a soma das multas do FGTS (itens C + F) deve ser igual a 4% (incide sobre o Módulo I - Composição da Remuneração). Fundamentação Legal: Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 18, § 1o) com redação dada pela Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997.

#### **Módulo 4 – Custo de Reposição de Profissional Ausente**

##### **Submódulo 4.1 – Ausências Legais**

**A à G)** Os valores referentes à ao custo de reposição de profissional ausente foram extraídos da Cláusula Quadragésima Quinta – Tabela de Encargos Sociais, da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada sob o nº AM000038/2026.

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
		%	Valor (R\$)
<b>A</b>	Substituto na Cobertura de Férias	8,25	R\$ -
<b>B</b>	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,76%	R\$ -
<b>C</b>	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,01%	R\$ -
<b>D</b>	Substituto na Cobertura por Ausência por Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ -
<b>E</b>	Afastamento Maternidade	0,074%	R\$ -
<b>F</b>	Treinamentos	0,39%	R\$ -
<b>G</b>	Afastamento por mais de 15 dias	0,13%	R\$ -
<b>Total</b>		<b>9,62%</b>	<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** E) Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade – Fórmula:  $((1+1/3)/12)*0,02*((4/12)) = 0,074\%$  ou 0,00074, onde:  $((1+1/3)/12)$  = equivale ao provisionamento do custo relativo às férias + terço constitucional do empregado substituto, proporcionais aos 120 dias de afastamento da empregada em licença maternidade; 2% ou 0,02 = percentual estimado da ocorrência da licença maternidade ao ano, de acordo com dados estatísticos do IBGE;  $4/12 = 4$  meses de licença maternidade por ano; 0,074% ou 0,00074 = percentual a ser aplicado sobre o somatório dos Módulos 1, 2 e 3 (assim como os demais itens do módulo 4, exceto letra “A” que considera-se o somatório apenas do Módulo 01).

##### **Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada**

**4.2. Adicional de Intra jornada** – Não foi previsto na planilha, portanto, esse custo será zerado.

Submódulo 4.2 – Intra jornada		Valor (R\$)
<b>A</b>	Intervalo para Repouso ou Alimentação	-
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4		Valor (R\$)
<b>4.1</b>	Ausências Legais	R\$ -
<b>4.2</b>	Intra jornada	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

#### **Módulo 5 – Insumos Diversos**

**A à E)** Os custos relacionados a materiais de consumo, equipamentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e uniformes foram estimados com base em pesquisa de preços realizada por meio do Sistema Pesquisa de Preços do GOV.BR (<https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/pesquisa>), e encontram-se disponíveis no Processo.

**F e G)** Os valores das porcentagens referentes ao abono pecuniário e 1/3 Const. Do Abono Pecuniário foram extraídos da Cláusula Quadragésima Quinta – Tabela de Encargos Sociais, da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada sob o nº AM000038/2026.

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		Valor (R\$)
<b>A</b>	Uniformes (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)	R\$ -
<b>B</b>	Materiais (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)	R\$ -
<b>C</b>	Equipamentos (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)	R\$ -

<b>D</b>	EPI's (conforme planilha de estimativa de custo de materiais)		R\$	-
<b>E</b>	Utensílios de Limpeza		R\$	-
<b>F</b>	Abono Pecuniário	0,26%	R\$	-
<b>G</b>	1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	R\$	-
<b>Total</b>			<b>R\$</b>	<b>-</b>

### **Módulo 6 – Custos Indiretos, Lucro e Tributos**

Os valores constantes na planilha do Módulo 06 derivam de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) e apresentam o valor referente ao cenário máximo, conforme [Modelo de planilha de custos e formação de preços](#) disponibilizada no [Portal de Compras do Governo Federal](#).

**A) CÁLCULO CUSTOS INDIRETOS:** Foi estipulado o valor estimativo de 3%.

Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5) x % custos indiretos

**B) CÁLCULO LUCRO:** Foi estipulado o valor estimativo de 6,79 %.

Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + CUSTOS INDIRETOS) x % lucro

<b>MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
		<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Custos Indiretos	3,00%	R\$ -
<b>B</b>	Lucro	6,79%	R\$ -
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>	14,25%	
<b>C.1</b>	PIS	1,65%	R\$ -
<b>C.2</b>	COFINS	7,60%	R\$ -
<b>C.3</b>	ISS	5,00%	R\$ -
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

### **CÁLCULO TRIBUTOS:**

Os tributos são calculados sobre o FATURAMENTO. O faturamento corresponderá ao SOMATÓRIO DOS MÓDULOS 1 a 5 + CUSTOS INDIRETOS + LUCRO. Tendo em vista que os próprios tributos integram a base de cálculo, utiliza-se um tipo de fórmula denominada "circular", chamada "CÁLCULO POR DENTRO":

- 1o) Somar os tributos (PIS+COFINS+ISS) = 1,65 + 7,60 + 5,00 = 14,25 (total dos tributos);
- 2o) Subtrair o resultado de 100 e dividi-lo por 100 = (100 - 14,25) / 100 = 0,8575;
- 3o) Dividir o FATURAMENTO pelo quociente 0,8575;
- 4o) Desse resultado, aplicar individualmente os percentuais de cada um dos tributos;
- 5o) O total do MÓDULO 6 corresponderá ao SOMATÓRIO: TOTAL DOS TRIBUTOS +CUSTOS INDIRETOS + LUCRO.

**Cálculo tributos federais: Base de cálculo x alíquota (PIS e COFINS)**

**Cálculo tributos municipais: Base de cálculo x alíquota (ISS)**

### **Tributação**

Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro REAL e PRESUMIDO, e a licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.

O ISSQN está sendo cotado conforme a legislação do município de MANAUS-AM onde serão prestados os serviços. Os tributos IRPJ e CSLL deixaram de constar na planilha para a empresa que optar pelo regime tributário de LUCRO REAL ou PRESUMIDO, já que estão contidos no lucro bruto apresentado na proposta e em virtude da determinação contida na Súmula do TCU nº 254, Acórdão TCU nº 1591/2008 – Plenário, Acórdão TCU nº 264/2012 – Plenário e Informativo de Jurisprudência TCU nº 279.

O preço ofertado pelos licitantes deve ser comprovadamente suficiente para cumprir suas obrigações legais, sociais e tributárias. O estado não pode contratar quem apresentar PCFP que demonstre que a contratação ensejará operar em prejuízo. Este é o conceito de inexecuibilidade previsto no subitem 9.2 do Anexo VII-A da IN 05/2017 da SEGES/MP.

A LICITANTE deverá comprovar, por meio de documentação hábil (DCTF, GFIP, EFD etc), a opção aos regimes acima elencados, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS e da Contribuição Social consignadas na planilha conferem com sua opção tributária.

As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

Caso a LICITANTE tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento.

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ -</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ -
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ -</b>

THIAGO FANTINATO TRINDADE – 1º Ten Int  
Membro da Comissão de Planejamento



**ANEXO II -D****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
BASE AÉREA DE MANAUS****Metodologia de Cálculo para Estimativa do Custo por Metro Quadrado (m<sup>2</sup>) Limpo – Planilha de Custos e Formação de Preços**

A presente metodologia foi elaborada com o objetivo de estimar, de forma fundamentada e transparente, o custo por metro quadrado (m<sup>2</sup>) das áreas a serem atendidas no âmbito deste contrato, a partir da construção de uma planilha de custos baseada nos parâmetros legais e mercadológicos vigentes.

Inicialmente, procedeu-se à definição do custo individual de cada funcionário a ser contratado sob o regime de dedicação exclusiva, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, conforme previsto na legislação trabalhista vigente e na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. A partir desse custo unitário mensal por trabalhador, foi possível estimar o valor total mensal da contratação, o qual serviu de base para o cálculo do custo por metro quadrado (m<sup>2</sup>), mediante a divisão pelo total de áreas previstas para limpeza em cada item da licitação.

Para a obtenção desses valores, foram considerados os seguintes parâmetros e componentes de custo, conforme detalhado a seguir.

A periodicidade e frequência de execução dos serviços considerados para a presente contratação será a seguinte: os serviços de limpeza, conservação e higienização de todas as áreas contempladas neste contrato deverão ocorrer com periodicidade diária, em frequência de 01 (uma) vez ao dia, durante os dias úteis. As atividades deverão ser realizadas conforme a natureza e especificidades de cada ambiente, observando-se, para fins de planejamento e controle, a sugestão de rotinas operacionais apresentada no cronograma do item 5.5.5 do Termo de Referência e seus respectivos subitens, o qual servirá como referência para a adequada organização e execução dos serviços contratados.

Os índices de produtividade considerados na composição dos custos foram definidos com base nos parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, levando-se também em consideração os registros históricos e a memória de cálculo dos contratos de limpeza anteriormente firmados por esta Administração, de modo a refletir a realidade da execução contratual e garantir a exequibilidade das propostas.

Para a composição da planilha de custos e formação de preços, foram adotadas as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho nº 2026/2026, registro no MTE

nº AM000038/2026, como referência principal para definição dos salários, benefícios e encargos sociais incidentes sobre a mão de obra.

Considerando as condições gerais das áreas abrangidas e a natureza das atividades desenvolvidas — que frequentemente expõem os trabalhadores a agentes insalubres, como resíduos orgânicos, produtos químicos e sanitários —, foi adotado o pagamento do adicional de insalubridade, em grau máximo, para o posto de agente de limpeza banheirista. Esse profissional será responsável, entre outras atividades, pela limpeza de banheiros e alojamentos, conforme previsto na convenção coletiva de trabalho aplicável (Cláusula sexta). A adoção dessa medida tem como objetivos assegurar a conformidade legal da contratação, resguardar os princípios da dignidade do trabalho e prevenir eventuais passivos trabalhistas para a Administração.

No que tange à margem de remuneração empresarial, foi considerado o percentual de 6,79% (seis e setenta e nove por cento) a título de lucro, conforme estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) em que apresentam o valor referente ao cenário máximo para lucro e tributos, e entendendo que tal valor é compatível com a prática de mercado para este tipo de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra.

Por fim, os custos relacionados a materiais de consumo, equipamentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e uniformes foram estimados com base em pesquisa de preços realizada por meio do Sistema de Pesquisa de Preços do Portal de Compras do Governo Federal. Ressalta-se, contudo, que tais valores têm caráter referencial, cabendo à empresa vencedora do certame reavaliar os preços cotados e, se for o caso, apresentar proposta com valores inferiores, sem prejuízo da qualidade e da adequação dos itens ofertados às especificações mínimas exigidas.

Manaus, vide assinatura eletrônica.

THIAGO FANTINATO TRINDADE – 1º Ten Int  
Membro da Comissão de Planejamento da Contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO II - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - PESQUISA DE PREÇOS
Data/Hora de Criação:	09/03/2026 21:42:58
Páginas do Documento:	14
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	15
Hash MD5:	85c1e653e50ae3884b99b00409092021
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 09/03/2026 às 17:57:16 no horário oficial de Brasília.

**ANEXO III****Instrumento de Medição de Resultado – IMR**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**BASE AÉREA DE MANAUS**

**Instrumento de Medição de Resultado – IMR- Contratação de Serviços com dedicação exclusiva de Mão de Obra**

**1. FINALIDADE**

1.1 Este instrumento estabelece os critérios objetivos de medição da qualidade da execução contratual, por meio de indicadores de desempenho, metas, mecanismos de apuração e regras de impacto sobre os pagamentos mensais, de acordo com os resultados obtidos.

1.2 Este ANEXO é parte indissociável dos Contratos que serão firmados a partir do Edital e de seus demais ANEXOS.

**2. INDICADORES DE DESEMPENHO**

2.1 Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de cinco indicadores de qualidade: uso dos EPI'S e uniformes, tempo de resposta às solicitações da CONTRATANTE, atraso no pagamento de salários e outros benefícios, falta de materiais previstos em contrato e qualidade dos serviços prestados.

2.2 Aos indicadores serão atribuídos pontuação máxima a ser obtida, em caso de pleno cumprimento de todas as obrigações dentro dos critérios esperados.

2.2.1 Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2 A pontuação final da qualidade dos serviços poderá resultar em valores entre zero (0) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovidos de qualidade e serviços com qualidade elevada.

2.2.3 A tabela abaixo apresenta os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

Tabela 1:

<b>Indicador</b>	<b>Meta</b>	<b>Instrumento de Medição</b>	<b>Pontuação Máxima</b>	<b>Frequência de Verificação</b>
1. Uso de EPI's e uniformes	Nenhuma ocorrência no mês	Verificação visual pelo Fiscal	10	Diária
2. Tempo de resposta às solicitações	Atendimento até o 1º dia útil subsequente	Registro no ANEXO A do IMR	10	Por evento
3. Pagamento de salários e benefícios	Nenhum atraso	Apresentação de comprovantes mensais	35	Mensal
4. Fornecimento de materiais obrigatórios	Nenhuma falta injustificada	Verificação pelo Fiscal e conferência com NF	20	Mensal
5. Qualidade dos serviços prestados	Mínimo 80% avaliações "Ótimo" ou "Bom"	Pesquisa de satisfação e checklist mensal	25	A critério da Fiscalização (pelo menos 2 aferições mensais)

### 3. TABELA DE CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO

3.1 A tabela abaixo detalha os critérios de avaliação por ocorrência para cada indicador, permitindo aferição objetiva da qualidade dos serviços. A pontuação varia conforme o número de ocorrências identificadas ao longo do mês, servindo de base para o cálculo da pontuação total mensal.

Tabela 2:

Indicador	Critério de Avaliação	Pontuação
<b>1. Uso de EPI's e Uniformes</b>	Sem ocorrências	10
	1 ocorrência	8
	2 ocorrências	6
	3 ocorrências	4
	4 ocorrências	2
	5 ou mais ocorrências	0
<b>2. Tempo de Resposta às Solicitações</b>	Sem atrasos	10
	1 resposta com atraso	8
	2 respostas com atraso	6
	3 respostas com atraso	4
	4 respostas com atraso	2
	5 ou mais respostas com atraso	0
<b>3. Pagamento de Salários e Benefícios</b>	Sem ocorrência	35
	1 ou mais ocorrências	0
<b>4. Fornecimento de Materiais Contratuais</b>	Sem ocorrência	20
	1 ou mais ocorrências	0
<b>5. Qualidade dos Serviços Prestados</b>	Conforme resultado da planilha de avaliação de qualidade dos serviços prestados.	0 a 25

3.2 Para aferição referente a qualidade dos serviços prestados a fiscalização do Contrato deverá preencher a Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados – Limpeza e Conservação, Anexo A deste Instrumento. As pontuações obtidas nas planilhas de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência,

### 4. AJUSTES DE PAGAMENTO

4.1 A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no

intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação TOTAL do serviço= Pontos “Indicador 1” + Pontos “Indicador 2” + Pontos “Indicador 3” + Pontos “Indicador 4” + Pontos “Indicador 5”

4.2 Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Tabela 3:

Pontuação Total (PT)	Fator de Pagamento (FP)	% do Valor da Nota Fiscal
80 a 100 pontos	1,00	100%
70 a 79 pontos	0,97	97%
60 a 69 pontos	0,95	95%
50 a 59 pontos	0,93	93%
40 a 49 pontos	0,90	90%
Abaixo de 40 pontos	0,90 + avaliação de penalidades	90% + possibilidade de sanções

**Nota:** Três avaliações consecutivas ou alternadas com pontuação abaixo de 40 pontos ensejarão abertura de processo para rescisão contratual.

4.3 Para ajuste de pagamento não será necessário a abertura de processo administrativo. Para aplicação das multas acima estabelecidas será garantida a ampla defesa e o contraditório.

## Anexo A do IMR



**MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA  
AERONÁUTICA BASE AÉREA DE MANAUS**

INDICADOR 1 – Uso dos uniformes e EPI's.	
ITEM	DESCRIÇÃO
<b>FINALIDADE</b>	Mensurar o atendimento às exigências contratuais relacionadas a fornecimento e uso de uniformes e EPI's.
<b>META</b>	Nenhuma ocorrência no mês.
<b>INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO</b>	Constatação formal de ocorrências mediante fiscalização e anotação no IMR.
<b>FORMA DE ACOMPANHAMENTO</b>	Pessoal, pelo <b>Fiscal</b> do contrato.
<b>PERIODICIDADE</b>	<b>Diária, com aferição mensal do resultado.</b>
<b>MECANISMO DE CÁLCULO</b>	O uso de uniformes e EPI's será observado, sendo que o nº de ocorrências será por funcionário sem, ou portando de forma inadequada, uniforme e EPI e por dia.
<b>FAIXAS DE PONTUAÇÃO</b>	0 ocorrência = 10 pontos
	1 ocorrência = 8 Pontos
	2 ocorrências = 6 Pontos
	3 ocorrências = 4 Pontos
	4 ocorrências = 2 Pontos
	5 ou mais ocorrências = 0 Pontos
<b>DATA/HORA</b>	<b>DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA</b>
<b>NÚMERO DE OCORRÊNCIAS:</b>	<b>Y</b>
<b>PONTUAÇÃO:</b>	<b>XX</b>



INDICADOR 2 – Tempo de Resposta às Solicitações	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Mensurar o atendimento às exigências contratuais relacionadas ao tempo de resposta às solicitações da Contratada
META	Atendimento até o 1º dia útil subsequente
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Constatação formal de ocorrências mediante fiscalização e anotação no IMR.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pessoal, pelo Fiscal do contrato.
PERIODICIDADE	Por evento
MECANISMO DE CÁLCULO	-
FAIXAS DE AJUSTE	0 ocorrência = 10 pontos
	1 resposta com atraso = 8 Pontos
	2 respostas com atraso = 6 Pontos
	3 respostas com atraso = 4 Pontos
	4 respostas com atraso = 2 Pontos
	5 ou mais respostas com atraso = 0 Pontos
DATA/HORA	DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS:	Y
PONTUAÇÃO:	XX

INDICADOR 3 – Análise das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais			
ITEM	DESCRIÇÃO		
FINALIDADE	Evitar ocorrências de atrasos e de pagamentos fracionados de salários, auxílio transporte, alimentação e outros benefícios, bem como recolhimento de FGTS e INSS.		
META	Nenhuma ocorrência no mês, após a notificação de eventual pendência. Sendo o prazo de 72 horas para apresentação dos documentos pendentes.		
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Constatação formal de ocorrências mediante fiscalização da documentação apresentada pela empresa.		
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pessoal, pelo Fiscal Administrativo do contrato.		
PERIODICIDADE	Mensal, nos termos do Art. 459, § 1º, do Decreto-Lei 5452/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria.		
MECANISMO DE CÁLCULO	Identificação de ocorrência de atraso em salário ou outro benefício no mês de referência no mês fora dos prazos legais já enseja aplicação de perda de 35 pontos. Os demais documentos seguem o prazo de 72 horas para apresentação após solicitação da Fiscalização Administrativa.		
FAIXAS DE AJUSTE	Sem ocorrências = 35 Pontos	Documento apresentado pela empresa está correto?	
	Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos	Sim	Não
Obrigações trabalhistas:	SALÁRIOS: Conforme verificado nos comprovantes de pagamento, a empresa depositou integralmente os salários, relativo ao mês anterior à prestação dos serviços, dentro do 5º dia útil do mês?		
	CONTRACHEQUES: Foi enviado pela empresa, relativo ao mês anterior a prestação dos serviços?		
	FOLHA DE PONTO: Foi enviado pela empresa, relativo ao mês anterior a prestação dos serviços?		
	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO: Conforme verificado nos comprovantes de pagamento, a empresa depositou integralmente o auxílio-alimentação, relativo ao mês anterior à prestação dos serviços, até o 5º dia útil do mês?		
	AUXÍLIO-TRANSPORTE: Conforme verificado nos comprovantes de pagamento, a empresa depositou integralmente o auxílio-transporte, relativo ao mês anterior à prestação dos serviços, até o 5º dia útil do mês?		
	SEGURO: Seguro contra riscos de acidentes em trabalho, relativo ao mês anterior à prestação?		
	13º SALÁRIO – somente em NOVEMBRO: Foi enviado o comprovante de pagamento da 1ª parcela do 13º (pagamento até 30/11), relativo ao mês anterior à prestação?		
	13º SALÁRIO – somente em DEZEMBRO: Foi enviado o comprovante de pagamento da 2ª parcela do 13º (pagamento até 20/12), relativo ao mês anterior à prestação?		
Obrigações previdenciárias e Fiscais:	FGTS: Foi efetuado o pagamento do FGTS, relativo ao mês anterior à prestação dos serviços, que pode ser verificado pela guia de FGTS e o respectivo comprovante de pagamento.		
	GPS/DARF: Foi efetuado o pagamento do GPS/DARF, relativo ao mês anterior à prestação dos serviços, que pode ser verificado pela guia de GPS/DARF e o respectivo comprovante de pagamento.		
	GFIP: Documentos integrantes do processo, relativos ao mês anterior a prestação dos serviços:		
	“Relatório Analítico da GRF” que demonstra a retenção do FGTS. Tal valor é coincidente com o valor da guia de FGTS?		
	TIPO 01: “RECIBO DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS PREVIDENCIÁRIOS – DCTFWeb” que demonstra a retenção do DARF. Tal valor é coincidente com o valor da guia do DARF?		
	Ou TIPO 02: “Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras entidades e Fundos por FPAS” que demonstra a retenção do GPS?		
	“Relação de Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP”, consta o nome de todos funcionários que prestaram os serviços?		
	“Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social”, comprovando o envio e armazenamento das informações pela CEF.		
Rescisões contratuais:	Caso ocorra alguma rescisão de contrato de trabalho, os seguintes documentos devem constar no processo:		
	Termo de rescisão do contrato		
	Cópia da carteira de trabalho (com a rescisão anotada)		
	Cópia do Aviso Prévio Indenizado (ou) Trabalho		
	Cópia do recolhimento da Multa do FGTS e contribuição social (GPS) sobre o Aviso Prévio Indenizado.		
	Saldo de salário, Férias vencidas, Férias proporcionais e 13º proporcional do ano da demissão		
	Exames demissionais		
DATA/HORA	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA		
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS:	Y		
PONTUAÇÃO:	XX		

INDICADOR 4 – Fornecimento de Materiais Contratuais	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Mensurar o atendimento às exigências contratuais relacionadas ao <b>Fornecimento de Materiais Contratuais</b>
META	Atendimento até o 1º dia útil subsequente
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Constatação formal de ocorrências mediante fiscalização, conferência de notas fiscais e anotação no IMR.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pessoal, pelo Fiscal do contrato.
PERIODICIDADE	Mensal, com aferição realizada pelo Fiscal do Contrato
MECANISMO DE CÁLCULO	O fornecimento de materiais de consumo de limpeza e equipamentos será observado, sendo que o nº de ocorrências será por itens previstos no Contrato e não fornecidos no mês.
FAIXAS DE AJUSTE	0 ocorrência = 20 pontos
	1 ou mais ocorrências = 0 pontos
DATA/HORA	DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS:	Y
PONTUAÇÃO:	XX

Indicador 5 – Qualidade dos Serviços Prestados					
PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS					
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO					
UNIDADE		XXXX			
Nº CONTRATO		XXXX			
FISCAL RESPONSÁVEL		XXXX			
CONTRATADA		XXXX			
MES DE REFERÊNCIA		XXX/202X			
LEGENDA GRAU DE SATISFAÇÃO: O= ÓTIMO B= BOM R= REGULAR I= INSATISFATÓRIO N= NÃO SE APLICA					
DESCRIÇÃO	SERVIÇO A SER EXECUTADO	GRAU DE SATISFAÇÃO			
BANHEIROS (exemplo)	Limpeza do chão, vasos e pias, paredes azulejadas, lixo recolhido, abastecimento de consumíveis (papel higiênico, sabonete e outros)	ÓTIMO/BOM/REGULAR/INSATISFATÓRIO			
CADA FISCAL DEVERÁ DESCREVER OS LOCAIS CONFORME ESPECIFICADO NO CONTRATO	CADA FISCAL DEVERÁ DESCREVER O SERVIÇO CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA				
A - NÚMERO DE QUESITOS PONTUADOS, POR GRAU DE SATISFAÇÃO		O	B	R	I
		2	3	0	0
B – TOTAL DE QUESITOS AVALIADOS (excluindo-se o N-não se aplica/não sei responder)		5			
C – ÍNDICE DE AVALIAÇÃO POR QUESITO (*)		O	B	R	I
		0,4 (2/5)	0,6 (3/5)	0	0
(*) Dividir o número correspondente a cada grau de satisfação (O, B, R, I), pelo total de quesitos avaliados [A/B].					
D – PONTUAÇÃO TOTAL (**)		(0,4 + 0,6) x 25 = <u>25</u>			
(**) Somatório dos índices de avaliação (ITEM C) para os graus e satisfação (ÓTIMO e BOM), multiplicados pela pontuação limite 25. [(O+B)X25]					

Assinatura do responsável pela medição:

Manuas, vide assinatura eletrônica.

\_\_\_\_\_  
Fulano de tal – Fiscal do Contrato XXX



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR
Data/Hora de Criação:	18/02/2026 19:34:03
Páginas do Documento:	10
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	11
Hash MD5:	e29b00f65767dd4675b561ec6dfc8e83
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 19/02/2026 às 09:08:19 no horário oficial de Brasília.

**ANEXO IV****ATESTADO DE VISTORIA**

DECLARO, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 900XX/2025, UASG 120630, que nesta data, o Sr.(a) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, representando a

Empresa \_\_\_\_\_ Inscrita no

CNPJ/MF sob o nº : \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_,

(Fax) \_\_\_\_\_ compareceu, no dia \_\_\_\_\_, no

local previsto para realização da vistoria onde serão realizados os Serviços Contínuos de Limpeza, Conservação e Higienização das áreas da Base Aérea de Manaus (BAMN), do Grupamento de Apoio de Manaus (GAP-MN), do Sétimo Comando Aéreo Regional (VII COMAR), do Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Manaus (SEREP-MN) e do Serviço Regional de Infraestrutura de Manaus (SERINFRA-MN), sendo-lhe franqueada a vistoria em todas as dependências e local sobre o qual será executado o objeto do certame em tela, tendo se inteirado das condições gerais das benfeitoras e demais particularidades, bem como, que foram esclarecidas todas as dúvidas sobre a execução do serviço objeto da licitação.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Militar ou Civil Responsável pelo Acompanhamento

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da licitante



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO IV MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA
Data/Hora de Criação:	18/02/2026 19:34:40
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	1445f850c67fae72926012b9d8702e6a
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 19/02/2026 às 09:08:19 no horário oficial de Brasília.

**ANEXO V****ATESTADO DE NÃO VISTORIA  
PREGÃO ELETRÔNICO nº 900xx/2025 – UASG 120630**

Atesto para fins de comprovação junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio da BASM que a empresa....., inscrita sob CNPJ nº....., optou por não vistoriar o local de execução dos serviços, objeto deste certame, estando ciente das especificações técnicas e de todas as peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que venham a ensejar avenças técnicas ou financeiras com este órgão. Estando ciente ainda de que deverá dispor, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

Manaus, vide assinatura eletrônica

---

Assinatura do Responsável Técnico da Empresa





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO V MODELO DE ATESTADO DE NÃO VISTORIA
Data/Hora de Criação:	18/02/2026 19:35:53
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	aec55bf3bfdb350d32d3eae2800531b
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 19/02/2026 às 09:08:19 no horário oficial de Brasília.

## ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS  
PARA EXECUÇÃO DO OBJETO**

DECLARO, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO nº 900XX/2025, da UASG 120630, que a EMPRESA: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº : \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_

cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

tem conhecimento de todas as condições locais e do grau de dificuldades existentes da área onde será realizado o serviços de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços auxiliares de limpeza, conservação e higienização predial, com fornecimento de mão de obra, material e equipamentos, a serem executados nas instalações dos edifícios, conforme especificações e quantidades presentes no Termo de Referência e, anexos ao edital, portanto não pleitearemos quaisquer acréscimos de custos em nossa proposta de preços ou extensão de prazos de execução do serviço sob a alegação de desconhecimento de fatores pertinentes ao objeto desta licitação.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da licitante



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO VI DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO
Data/Hora de Criação:	18/02/2026 19:36:34
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	1d56619892514ea12e3865222379cef1
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 19/02/2026 às 09:08:19 no horário oficial de Brasília.





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO VII CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRACAO PUBLICA
Data/Hora de Criação:	18/02/2026 19:37:54
Páginas do Documento:	1
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	2
Hash MD5:	cdd3603114ec9574e9a42f7f74211255
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 19/02/2026 às 09:08:19 no horário oficial de Brasília.

## ANEXO VIII



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**BASE AÉREA DE MANAUS**

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIÁRIA****Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu ARTIGO 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, ARTIGO 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (ARTIGO 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo ARTIGO 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a

segurança e higiene do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do ARTIGO 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão- de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das Leis do trabalho ou usadas para estabelecer relação de emprego disfarçado, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a Lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

#### RESOLVEM:

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades- fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a – Serviços de limpeza;
- b – Serviços de conservação;
- c – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d – Serviços de recepção;
- e – Serviços de copeiragem;
- f – Serviços de reprografia;
- g – Serviços de telefonia;
- h – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j – Serviços de auxiliar de escritório;
- k – Serviços de auxiliar administrativo;
- l – Serviços de office boy (contínuo);
- m – Serviços de digitação;
- n – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p – Serviços de ascensorista;
- q – Serviços de enfermagem; e
- r – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

## DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

## DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas



públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

#### DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES  
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO  
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO  
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO  
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO  
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho –  
ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES  
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS  
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO VIII TERMO DE CONCILIAÇÃO
Data/Hora de Criação:	18/02/2026 19:38:27
Páginas do Documento:	5
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	6
Hash MD5:	b82913e30af7afce1bdd53033d03fb10
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 19/02/2026 às 09:08:19 no horário oficial de Brasília.

## ANEXO IX

**AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO (CONFORME ESTABELECIDO NA ALÍNEA “D” DO ITEM 1.2 DO ANEXO VII-B DA IN SEGES/MP N. 05/2017)**

A empresa \_\_\_\_\_ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr(a). \_\_\_\_\_ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, AUTORIZA, a CONTRATANTE:

1. Que proceda aos descontos diretamente da fatura contratual, para pagamento aos trabalhadores alocados na execução do contrato oriundo do NUP 67292.003593/2025-65, dos valores relativos a salários, encargos trabalhistas, previdenciários e fundiários, no caso de inadimplemento por parte da CONTRATADA, até a regularização das obrigações, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
2. Que provisione valores para o pagamento de obrigações trabalhistas, depositando-os em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em nome da empresa (indicar nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, sendo a movimentação condicionada à autorização expressa da(o) (indicar o nome do órgão ou entidade contratante), que também terá acesso irrestrito a saldos e extratos da referida conta, independentemente de autorização adicional da titular.
3. Que, em caso de inadimplemento das verbas rescisórias até o segundo mês após o encerramento contratual, a CONTRATANTE possa utilizar o valor da garantia contratual prestada para quitação direta dessas obrigações trabalhistas junto aos respectivos trabalhadores.

MANAUS-AM, vide assinatura eletrônica.

---

Assinatura do Responsável da Empresa



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO IX MODELO DE AUTORIZACAO DA GARANTIA
Data/Hora de Criação:	18/02/2026 19:39:17
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	2d11effff8cb0470e180b1e92ee636ce
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 19/02/2026 às 09:08:19 no horário oficial de Brasília.

## ANEXO X

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010

Eu, (**Nome do Representante da Empresa**), na qualidade de representante legal da empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede à (**endereço completo da empresa**), doravante denominado **Licitante**, em atenção ao disposto no Processo Administrativo nº 67292.003593/2025-65 e em atendimento à Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, declaro, sob as penas da lei, especialmente o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- I)** A empresa proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete a adotar práticas ecologicamente corretas, comprometendo-se a realizar as seguintes ações:
- a) Descartar adequadamente os materiais utilizados (tais como lâmpadas, cartuchos, recipientes de tinta, caixas de papelão), promovendo a separação dos resíduos recicláveis e adotando os devidos cuidados com o acondicionamento de resíduos perigosos, como lâmpadas à base de vapor de mercúrio ou sódio, evitando a liberação de substâncias tóxicas no meio ambiente;
  - b) Utilizar, sempre que possível, papéis originários de áreas de reflorestamento para reprodução de documentos;
  - c) Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - d) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme estabelecido pelo Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
  - e) Observar os limites estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído durante seu funcionamento;
  - f) Fornecer aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para a execução dos serviços;
  - g) Implementar, nos três primeiros meses de execução contratual, programa interno de capacitação de seus empregados com foco na redução do consumo de energia elétrica, consumo de água e geração de resíduos sólidos, em consonância com as normas ambientais vigentes;
  - h) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados nas dependências da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, assegurando sua destinação a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme previsto na IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, e no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
  - i) Cumprir as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas à gestão de resíduos sólidos;
  - j) Promover a destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, nos termos da Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- II)** A empresa reconhece sua responsabilidade socioambiental, comprometendo-se a adotar todas as medidas cabíveis para prevenir, mitigar ou reparar

impactos ambientais decorrentes das atividades a serem executadas, colocando-se à disposição dos órgãos fiscalizadores competentes.

- III)** Declara, ainda, estar plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração, detendo plenos poderes e informações para firmá-la em nome da empresa que representa.

**Parágrafo único.** Esta declaração não impede que o órgão ou entidade contratante estabeleça, de forma justificada, requisitos adicionais de sustentabilidade ambiental nos editais e contratos correspondentes.

Manaus, vide assinatura eletrônica

---

Representante legal da Empresa



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO X DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
Data/Hora de Criação:	18/02/2026 19:40:26
Páginas do Documento:	3
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	4
Hash MD5:	12682d1a930a1eaf5bfda4bf0e604657
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 19/02/2026 às 09:08:20 no horário oficial de Brasília.

**ANEXO XI -  
TERMO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO**

**CONTRATO n.º: \_\_\_\_-xxx/2024**

**NUP: 67292.003593/2025-65**

Objeto: Contratação de empresa especializada em limpeza, conservação e higienização para atender as necessidade do(a) **[COLOCAR O NOME DA OM A SER ATENDIDA]**, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Por meio deste instrumento, a empresa.....nomeia e constitui seu(sua) preposto(a) o(a) Sr.(a) ....., para exercer a representação junto ao(à) **[NOME DA OM]**, com poderes para receber ofícios, representar a CONTRATADA em reuniões e assinar respectivas atas (obrigando a CONTRATADA nos termos nela constantes), receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a CONTRATADA responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os atos que se relacionem específica desta nomeação, que é a condução do contrato em epígrafe.

....., ..... de .....de 20.....

Nome do Representante Legal  
Cargo/Função:  
Nome da  
empresaCNPJ:

Ciente e de acordo,

---

Nome do Preposto  
Cargo/Função:





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO XI TERMO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO
Data/Hora de Criação:	18/02/2026 19:41:26
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	75d9ca9aecb98b726d35ff05b218d22f
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO FANTINATO TRINDADE no dia 19/02/2026 às 09:08:20 no horário oficial de Brasília.